

Aula 07

*Unioeste (Contador) Contabilidade
Pública - 2023 (Pós-Edital)*

Autor:
Gilmar Possati

05 de Julho de 2023

Índice

1) Balanço Orçamentário - Teoria	3
2) Balanço Orçamentário - Questões Comentadas	18
3) Balanço Orçamentário - Lista de Questões	50



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Na aula de hoje daremos início ao estudo das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP). Estudaremos tanto as disposições presentes na Lei n. 4.320/64 como também o que está estabelecido nas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP) e no MCASP – Parte V (9ª edição).

Definição

A NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis determina que a comparação dos valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento deve ser incluída nas demonstrações contábeis das entidades que publicam seu orçamento aprovado, obrigatória ou voluntariamente, para fins de cumprimento das obrigações de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) das entidades do setor público.

Desta forma, considerando que os entes públicos estão obrigados à publicação da lei orçamentária anual, por força de dispositivo constitucional e observada as disposições da Lei n. 4.320/1964, entende-se que o Balanço Orçamentário atende aos objetivos previstos na NBC TSP 13 e, deve, tanto quanto possível, observar o disposto naquela norma.

Segundo o art. 102 da Lei n. 4.320/64,

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

Vale destacar nesse conceito que na elaboração do balanço orçamentário consideramos o regime orçamentário previsto no art. 35 da Lei n. 4.320/64:

Pertencem ao exercício financeiro:

I - as receitas nele arrecadadas;

II - as despesas nele legalmente empenhadas.

Trata-se do **regime misto** em que as receitas são reconhecidas pelo regime de caixa (arrecadação) e as despesas pelo regime de competência (empenho).

Esse art. 102 da Lei n. 4.320/64 é uma exigência clássica em concursos.



(MPU) O balanço orçamentário visa comparar o realizado e o orçado no exercício.

Comentários

Trata-se de exigência do disposto no art. 102 da Lei n. 4.320/64. O termo “orçado” é sinônimo de previsto/fixado.

Receita orçada = receita prevista

Despesa orçada = despesa fixada



Não confunda! A receita é prevista não é fixada! A **despesa é fixada** não é prevista!

Gabarito: Certo

(PRODEST) O Balanço Orçamentário demonstrará

- a) a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária.
- b) os Restos a Pagar do exercício, que serão computados na receita extraorçamentária.
- c) as receitas e despesas previstas, apenas.
- d) as despesas e receitas orçadas, com previsão para o próximo triênio.
- e) as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

Comentários

Mais um exemplo de exigência do art. 102 da Lei n. 4.320/64.

Gabarito: E

Estrutura

Segundo a Lei n. 4.320/64

Segundo a estrutura da Lei n. 4.320/64, as **receitas orçamentárias** são detalhadas em dois níveis:

1º Nível: categoria econômica (corrente ou capital);

2º Nível: origem.

Há discriminação do que foi previsto, executado e a diferença.

As **despesas orçamentárias** são detalhadas por **tipo de crédito**: orçamentário (inicial) ou adicional (suplementar, especial ou extraordinário). Além disso, são detalhadas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa.

Assim, como na coluna da receita, há discriminação do que foi previsto, executado e a diferença.



(MPU) Com relação à estrutura e ao papel do balanço orçamentário previsto na Lei n. 4.320/1964, julgue o seguinte item.

As receitas devem ser discriminadas por tipo de crédito e divididas em duas categorias: orçamentárias e extraorçamentária.

Comentários

As receitas são discriminadas por **natureza** e divididas em duas categorias: **correntes e de capital**.

Gabarito: Errado



Tendo em vista o princípio do equilíbrio, o total da coluna das receitas previstas deve ser igual ao total da coluna das despesas fixadas.

Além disso, com o objetivo de equilibrar a demonstração, o **déficit** será informado do lado da receita e o **superávit** será informado do lado da despesa. Nesse sentido, na última linha do balanço o total do lado esquerdo do balanço (receitas) será igual ao total do lado direito do balanço (despesas).

A seguir podemos visualizar a estrutura do Balanço Orçamentário conforme a Lei n. 4.320/64:

RECEITAS				DESPESAS			
Título	Previsão	Execução	Diferença	Título	Fixação	Execução	Diferença
Receitas Correntes				Créditos Inicial + Suplementar			
Tributárias				Despesas Correntes			
Contribuições				Pessoal e Encargos			
Patrimonial				Juros e Encargos Dívida			
Agropecuária				Outras Desp. Correntes			
Industrial				Despesa de Capital			
Serviços				Investimento			
Transferências Correntes				Inversões Financeiras			
Outras Rec. Correntes				Amortização Dívida			
Receitas de Capital				Créditos Especial			
Operações Créditos				Despesas Correntes			
Alienação Bens				Despesas de Capital			
Amortização Empréstimos Financ.							
Transferência Capital				Créditos Extraordinários			
Outras Receitas Capital				Despesas Correntes			
				Despesas de Capital			
Déficit				Superávit			
Total				Total			

1º Nível

2º Nível



Segundo as Normas/MCASP

Segundo a estrutura do MCASP, o Balanço Orçamentário é composto por:

- a. Quadro Principal;
- b. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e
- c. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

Nos termos do MCASP,

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação.

Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

Cabe destacar que o Balanço Orçamentário é elaborado utilizando-se as classes 5, grupo 2 (Orçamento aprovado: previsão da receita e fixação da despesa) e classe 6, grupo 2 (Execução do orçamento: realização da receita e execução da despesa) do PCASP.

No **Quadro Principal**, são apresentadas as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. As receitas e despesas são apresentadas conforme a classificação por natureza. No caso da despesa, a classificação funcional também será utilizada complementarmente à classificação por natureza.

As receitas são informadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, descontos, retificações, deduções para o Fundeb e repartições de receita tributária entre os entes da Federação, quando registradas como dedução.

Vamos visualizar a estrutura do balanço orçamentário (quadro principal) segundo o MCASP e destacar as diferenças existentes entre essa estrutura e aquela da Lei n. 4.320/64.



RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
Receitas Correntes (I)				
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria				
Receita de Contribuições				
Receita Patrimonial				
Receita Agropecuária				
Receita Industrial				
Receita de Serviços				
Transferências Correntes				
Outras Receitas Correntes				
Receitas de Capital (II)				
Operações de Crédito				
Alienação de Bens				
Amortizações de Empréstimos				
Transferências de Capital				
Outras Receitas de Capital				
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)				
Operações de Crédito / Refinanciamento (IV)				
Operações de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operações de Crédito Externas				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)				
Déficit (VI)				
TOTAL (VII) = (V + VI)				
Saldos de Exercícios Anteriores				
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores				
Superávit Financeiro				
Reabertura de Créditos Adicionais				

Mudança 1: Linhas específicas de Refinanciamento de dívida.

Mudança 2: Linhas específicas de Saldos de exercícios anteriores.

* **Recursos Arrecadados em exercícios anteriores:** São recursos incluídos na LOA para demonstrar o equilíbrio do orçamento, mas não podem ser classificados como superávit financeiro para fins de elaboração da LOA, nem são passíveis de execução. Exemplo: Recursos de RPPS.

Mudança 4: A coluna previsão é desdobrada em duas: dotação inicial e dotação atualizada

Mudança 3: A despesa orçamentária passa a ser demonstrada por empenho, liquidação e pagamento.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
Despesas Correntes (VIII)						
Pessoal e Encargos Sociais						
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes						
Despesas de Capital (IX)						
Investimentos						
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
Reserva de Contingência (X)						
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)						
Amortização da Dívida/ Refinanciamento (XII)						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da Dívida Externa						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)						
Superávit (XIV)						
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)						

Mudança 5: Linha específica para Reserva de Contingência

Mudança 6: Linhas específicas para Amortização da dívida / Refinanciamento.



* **Reserva de Contingência:** é a destinação de parte das receitas orçamentárias para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos.

Definições e observações gerais

A **previsão inicial** demonstra os valores da previsão inicial das receitas conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA). Os valores registrados nessa coluna permanecerão inalterados durante todo o exercício, pois refletem a posição inicial do orçamento previsto na LOA. As atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes a data da publicação da LOA, também integrarão os valores apresentados na coluna.

A **previsão atualizada**, segundo o MCASP, demonstra os valores da previsão atualizada das receitas, que refletem a reestimativa da receita decorrente de, por exemplo:

- a. abertura de créditos adicionais, seja mediante excesso de arrecadação ou contratação de operações de crédito;
- b. criação de novas naturezas de receita não previstas na LOA;
- c. remanejamento entre naturezas de receita; ou
- d. atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas após a data da publicação da LOA.

Se não ocorrerem eventos que ocasionem a reestimativa da receita, a coluna Previsão Atualizada apresentará os mesmos valores da coluna Previsão Inicial.

As **receitas realizadas** correspondem às receitas arrecadadas diretamente pelo órgão, ou por meio de outras instituições como, por exemplo, a rede bancária.

O **déficit** demonstra a diferença negativa entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas, se for o caso.

Equivale à diferença entre a linha Subtotal com Refinanciamento (V) das receitas e a linha Subtotal com Refinanciamento (XII) das despesas.

Se as receitas realizadas forem superiores às despesas empenhadas, essa diferença será lançada na linha Superávit (XIII). Nesse caso, a linha Déficit (VI) deverá ser preenchida com um traço (-), indicando valor inexistente ou nulo.

O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário.

Saldo de Exercícios Anteriores: demonstra o valor dos recursos provenientes de exercícios anteriores que serão utilizados para custear despesas do exercício corrente. Estão compreendidos nessa rubrica:

a. **Recursos arrecadados em exercícios anteriores:** Demonstra os valores arrecadados em exercícios anteriores que serão utilizados para custear despesas de benefícios previdenciários do RPPS do exercício corrente, permitindo o equilíbrio na aprovação da Lei Orçamentária. Tais recursos poderão ser incluídos na coluna de previsão inicial, para fins de demonstração do equilíbrio na aprovação do orçamento. Todavia, não são passíveis de execução, por já terem sido arrecadados em exercícios anteriores. Na execução do orçamento, estes recursos serão lançados como superávit financeiro no Balanço Orçamentário na coluna de receita realizada.

b. **Superávit financeiro de exercícios anteriores:** o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior constitui fonte para abertura de crédito adicional. Tais valores não são considerados na receita orçamentária do exercício de referência nem serão considerados no cálculo do déficit ou superávit orçamentário já que foram arrecadados em exercícios anteriores. Apresenta valores somente nas colunas



Previsão Atualizada e Receita Realizada e deverá corresponder ao valor utilizado para a abertura de créditos adicionais e ao valor que será utilizado para o empenho de despesas, respectivamente.

Assim, registra o valor de recursos provenientes de superávit financeiro de exercícios anteriores, identificados no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, que está sendo utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais. Apresentará valores somente nas colunas que se referem à previsão atualizada e à receita realizada até o bimestre e deverão corresponder ao valor da execução dos referidos créditos adicionais.

c. Créditos adicionais autorizados nos últimos quatro meses do exercício anterior ao de referência e reabertos no exercício de referência: Corresponde aos créditos adicionais autorizados nos últimos quatro meses do exercício anterior que forem reabertos no exercício de referência, observado o saldo remanescente⁵. Somente deverão ser levados ao balanço os valores efetivamente reabertos.

O MCASP destaca que em decorrência da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, o Balanço Orçamentário demonstrará uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada. Essa situação também pode ser causada pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior, caso em que esses créditos serão reabertos nos limites de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício financeiro em referência.

Segundo o MCASP,

Esse desequilíbrio ocorre porque o superávit financeiro de exercícios anteriores, quando utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, não pode ser demonstrado como parte da receita orçamentária do Balanço Orçamentário que integra o cálculo do resultado orçamentário. O superávit financeiro não é receita do exercício de referência, pois já o foi em exercício anterior, mas constitui disponibilidade para utilização no exercício de referência. Por outro lado, as despesas executadas à conta do superávit financeiro são despesas do exercício de referência, por força legal, visto que não foram empenhadas no exercício anterior. Esse desequilíbrio também ocorre pela reabertura de créditos adicionais porque aumentam a despesa fixada sem necessidade de nova arrecadação. Tanto o superávit financeiro utilizado quanto a reabertura de créditos adicionais estão detalhados no campo Saldo de Exercícios Anteriores, do Balanço Orçamentário.

Dessa forma, no momento inicial da execução orçamentária, tem-se, em geral, o equilíbrio entre receita prevista e despesa fixada. No entanto, iniciada a execução do orçamento, quando há superávit financeiro de exercícios anteriores, tem-se um recurso disponível para abertura de créditos para as despesas não fixadas ou não totalmente contempladas pela lei orçamentária.

Dessa forma, o equilíbrio entre receita prevista e despesa fixada no Balanço Orçamentário pode ser verificado (sem influenciar o seu resultado) somando-se os valores da linha Total e da linha Saldos de Exercícios Anteriores, constantes da coluna Previsão Atualizada, e confrontando-se esse montante com o total da coluna Dotação Atualizada.



Veja que a inclusão do saldo dos exercícios anteriores é uma mudança bem interessante no balanço orçamentário, pois permite uma maior qualidade na evidenciação das informações aos usuários da informação contábil.

O MCASP destaca, ainda, que os saldos de exercícios anteriores apresentam valores somente nas colunas Previsão Atualizada e Receita Realizada e deverá corresponder ao valor utilizado para a execução de despesas no exercício de referência.

Tais valores não são considerados na receita orçamentária do exercício de referência nem serão considerados no cálculo do déficit ou superávit orçamentário já que foram arrecadados em exercícios anteriores.

A **Dotação Inicial** demonstra os valores dos créditos iniciais conforme consta na LOA. Os valores registrados nessa coluna permanecerão inalterados durante todo o exercício, pois refletem a posição inicial do orçamento previsto na LOA.

A **Dotação Atualizada** demonstra a dotação inicial somada aos créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício de referência, deduzidos das respectivas anulações e cancelamentos. Se não ocorrerem eventos que ocasionem a atualização da despesa, a coluna Dotação Atualizada apresentará os mesmos valores da coluna Dotação Inicial.

A **Amortização da Dívida/ Refinanciamento** demonstra o valor da despesa orçamentária decorrente do pagamento ou da transferência de outros ativos para a quitação do valor principal da dívida, inclusive de seu refinanciamento. Os valores referentes à amortização da dívida pública deverão ser segregados em operações de crédito internas e externas, e estas segregadas em dívida mobiliária e dívida contratual. Este nível de agregação também se aplica às receitas com operações de crédito e refinanciamento.

O **Superávit** demonstra a diferença positiva entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas, se for o caso. Equivale à diferença entre a linha Subtotal com Refinanciamento (V) das receitas e a linha Subtotal com Refinanciamento (XII) das despesas.

Se as despesas empenhadas forem superiores às receitas realizadas, essa diferença será lançada na linha Déficit (VI). Nesse caso, a linha Superávit (XIII) deverá ser preenchida com um traço (-), indicando valor inexistente ou nulo.

O superávit é apresentado junto às despesas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário.

...

Agora que já estudamos o quadro principal, vamos visualizar os demais quadros dispostos no MCASP.

Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados

No **Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados**, são informados os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução. Os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior ao de referência compõem o Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados.



EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
Despesas Correntes						
Pessoal e Encargos Sociais						
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes						
Despesas de Capital						
Investimentos						
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
TOTAL						

RP Inscritos em exercícios anteriores: Compreende o valor de restos a pagar não processados relativos aos exercícios anteriores, exceto os relativos ao exercício imediatamente anterior, que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

RP Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior: Compreende o valor de restos a pagar não processados relativos ao exercício imediatamente anterior que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

RP Liquidados: compreende o valor dos restos a pagar não processados, liquidados após sua inscrição e ainda não pagos.

RP Pagos: compreende o valor dos restos a pagar não processados, liquidados após sua inscrição e pagos.

RP Cancelados: compreende o cancelamento de restos a pagar não processados por insuficiência de recursos, pela inscrição indevida ou para atender dispositivo legal.

Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não Processados Liquidados

No **Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não Processados Liquidados**, são informados os restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução. São informados, também, os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior.

Segundo a ICPC 07 – Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário, os entes que não conseguem fazer o controle dos restos a pagar não processados liquidados podem, ao final do exercício, transferir seus saldos para restos a pagar processados.



EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a+b-c-d)
Despesas Correntes					
Pessoal e Encargos Sociais					
Juros e Encargos da Dívida					
Outras Despesas Correntes					
Despesas de Capital					
Investimentos					
Inversões Financeiras					
Amortização da Dívida					
TOTAL					



(TCE-ES) Com relação às demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, julgue o item que se segue, de acordo com o Manual de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional.

Os demonstrativos da execução de restos a pagar processados e não processados devem ser anexados ao balanço orçamentário.

Comentários

Segundo o MCASP (Parte V),

Adicionalmente ao Balanço Orçamentário, devem ser incluídos dois quadros demonstrativos de execução de restos a pagar, um relativo aos restos a pagar não processados, outro relativo aos restos a pagar processados, com o mesmo detalhamento das despesas orçamentárias do balanço, de modo a propiciar uma análise da execução orçamentária do exercício em conjunto com a execução dos restos a pagar.

Gabarito: Certo

(TCE-RJ) Em relação às orientações para elaboração do Balanço Orçamentário, constantes no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da STN, é correto afirmar que:

- as receitas serão detalhadas por origem e espécie, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada, a receita realizada e a diferença (excesso ou frustração na arrecadação);
- as despesas devem ser apresentadas por categoria funcional, conforme classificação definida na Portaria nº 42/1999, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e a diferença, para identificar eventual economia orçamentária em cada função;
- a identificação das receitas e despesas intraorçamentárias, quando necessária, deverá ser incluída na demonstração;



- d) em decorrência da abertura de créditos adicionais, haverá uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada;
- e) tanto o superávit financeiro utilizado quanto a reabertura de créditos adicionais deverão ser detalhados no campo saldo de exercícios anteriores.

Comentários

Corrigindo as opções, temos:

- a) as receitas serão detalhadas por ~~origem e espécie~~, **categoria econômica e origem** especificando a previsão inicial, a previsão atualizada, a receita realizada e a diferença (excesso ou frustração na arrecadação);
- b) as despesas devem ser apresentadas por ~~categoria funcional~~ **categoria econômica e grupo de natureza da despesa**, conforme classificação definida na Portaria nº 42/1999, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e a diferença, ~~para identificar eventual economia orçamentária em cada função~~;
- c) a identificação das receitas e despesas intraorçamentárias, quando necessária, ~~deverá ser incluída na demonstração~~ **deverá ser apresentada em notas explicativas**;
- d) em decorrência da ~~abertura~~ **reabertura** de créditos adicionais, haverá uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada;
- e) **tanto o superávit financeiro utilizado quanto a reabertura de créditos adicionais deverão ser detalhados no campo saldo de exercícios anteriores.**

Gabarito: E

Balanço orçamentário e as notas explicativas

Segundo o MCASP, o Balanço Orçamentário deverá ser acompanhado de notas explicativas que divulguem, ao menos:

- a.** o detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, quando relevante;
- b.** o detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário);
- c.** a utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários, bem como suas influências no resultado orçamentário;
- d.** as atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes e após a data da publicação da LOA, que compõem a coluna Previsão Inicial da receita orçamentária;
- e.** o procedimento adotado em relação aos restos a pagar não processados liquidados, ou seja, se o ente transfere o saldo ao final do exercício para restos a pagar processados ou se mantém o controle dos restos a pagar não processados liquidados separadamente;
- f.** o detalhamento dos “recursos de exercícios anteriores” utilizados para financiar as despesas orçamentárias do exercício corrente, destacando-se os recursos vinculados ao RPPS e outros com destinação vinculada;

Além disso, o MCASP assevera que os Balanços Orçamentários não consolidados (de órgãos e entidades, por exemplo), poderão apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos. Esse fato não representa irregularidade, devendo ser evidenciado complementarmente por



nota explicativa que demonstre o montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionado à execução do orçamento do exercício.

ANÁLISE DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

A análise do balanço orçamentário pode ser classificada em três grupos:

- Análise a partir do **orçamento aprovado**;
- Análise a partir da **execução orçamentária**;
- Análise por meio de **índices contábeis**.

Vamos estudar com os devidos detalhes cada tipo de análise.

Análise a partir do orçamento aprovado

A partir do orçamento aprovado podemos realizar três tipos de análises, quais sejam:

- a) Cumprimento da Regra de Ouro;
- b) Capitalização/Descapitalização;
- c) Endividamento.

Cumprimento da Regra de Ouro

A Regra de Ouro está prevista no art. 167 da Constituição Federal:

Art. 167. São vedados:

III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

Resumindo: operações de crédito devem ser **menor ou igual** ao somatório de todas as **despesas de capital** (investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida).

Capitalização/Descapitalização

Trata-se de uma análise realizada por meio da comparação do relacionamento entre receitas e despesas correntes e receitas e despesas de capital.

A **capitalização** se origina da combinação **conjunta** de **Superávit Corrente** e de **Déficit de Capital**.

A **descapitalização** se origina da combinação conjunta de **Superávit de capital** e de **Déficit Corrente**.

Objetivamente, devemos saber o seguinte:

Situação	Resultado
Receitas de Capital > Despesas de Capital	Descapitalização. Receitas de Capital estão financiando despesas correntes. Situação desfavorável.
Receitas de Capital < Despesas de Capital	Capitalização. Receitas Correntes estão financiando despesas de capital. Situação favorável.





(SEGER-ES) No balanço orçamentário, através da comparação do relacionamento entre receitas e despesas correntes e receitas e despesas de capital, pode-se identificar a tendência para capitalização ou descapitalização.

Comentários

Questãozinha para fixação! Conforme estudamos, a análise da capitalização/descapitalização é realizada por meio da comparação do relacionamento entre receitas e despesas correntes e receitas e despesas de capital.

Gabarito: Certo

Endividamento

Trata-se da análise da relação entre as operações de créditos e a amortização da dívida.

Objetivamente, devemos saber o seguinte:

Situação	Resultado
Operações de Crédito > Amortização da Dívida	Aumento do Endividamento. Situação desfavorável.
Operações de Crédito < Amortização da Dívida	Diminuição do Endividamento. Situação favorável.

Análise a partir da execução do orçamento

Essa é a análise mais comum de ser exigida em prova.

A partir da execução orçamentária podemos realizar três tipos de análises, quais sejam:

- Resultado Orçamentário;
- Resultado da Execução da Receita;
- Resultado da Execução da Despesa.

Vamos estudar cada uma dessas análises.

Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é obtido por meio do **confronto entre as receitas executadas e as despesas executadas**.

Compara, portanto, as receitas arrecadadas com as despesas empenhadas, seguindo as disposições da Lei n. 4.320/64.

Objetivamente, devemos saber o seguinte:



Situação	Resultado
Receita Arrecadada > Despesa Executada	Superávit Orçamentário
Receita Arrecadada < Despesa Executada	Déficit Orçamentário
Receita Arrecadada = Despesa Executada	Resultado Nulo (equilíbrio)

Resultado da Execução da Receita

Trata-se da comparação das **receitas previstas com as arrecadadas**.

Objetivamente, devemos saber o seguinte:

Situação	Resultado
Receita Prevista > Receita Arrecadada	Insuficiência na arrecadação
Receita Prevista < Receita Arrecadada	Excesso na arrecadação
Receita Prevista = Receita Arrecadada	Equilíbrio na arrecadação

Resultado da Execução da Despesa

Trata-se da comparação das **despesas fixadas com as executadas (empenhadas)**.

Objetivamente, devemos saber o seguinte:

Situação	Resultado
Despesa Fixada > Despesa Executada	Economia de despesa
Despesa Fixada < Despesa Executada	 Excesso de despesa
Despesa Fixada = Despesa Executada	Equilíbrio na realização da despesa ou resultado nulo

EXCESSO DE DESPESAS no balanço orçamentário constitui uma **situação impossível**, pois as despesas não podem ser executadas sem a respectiva autorização orçamentária.



Análise por meio de índices contábeis

Esses índices constavam em edição passada do MCASP. Com a atualização do Manual, a STN retirou do MCASP esses índices. No entanto, ainda os encontramos em livros doutrinários. A tendência é que eles não sejam mais exigidos. No entanto, em uma preparação de alto nível não podemos nos furtar de estudar esses índices.

Para facilitar sua vida, a seguir elaboramos um quadro com todos os índices, destacando aqueles que possuem uma maior probabilidade de exigência.

Descrição	Fórmula
RP Processados inscritos no exercício	Despesas Liquidadas – Despesas Pagas
RP Não Processados inscritos no exercício	Despesas Empenhadas – Despesas Liquidadas
Quociente do Equilíbrio Orçamentário	Previsão Inicial da Receita ÷ Dotação Inicial da Despesa
Quociente de Execução da Receita	Receita Realizada ÷ Previsão Atualizada da Receita
Quociente de Desempenho da Arrecadação	Receita Realizada ÷ Previsão Inicial da Receita
Quociente de Utilização do Excesso de Arrecadação	Créditos Adicionais abertos por meio de excesso de arrecadação ÷ Total do excesso de arrecadação
Quociente de Utilização do Superávit Financeiro	Créditos Adicionais Abertos por meio de superávit financeiro ÷ Total do superávit financeiro apurado no exercício anterior
Quociente de Execução da Despesa	Despesa Executada ÷ Dotação Atualizada
Quociente do Resultado Orçamentário	Receita Realizada ÷ Despesa Empenhada
Quociente da Execução Orçamentária Corrente	Receita Realizada Corrente ÷ Despesa Empenhada Corrente
Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária	Receita Realizada ÷ Despesa paga

Bem... em termos teóricos é isso... vamos agora praticar um pouco com algumas questões selecionadas especialmente para a fixação dos assuntos hoje estudados.



QUESTÕES COMENTADAS

1. (FGV/Auditor/TCE-TO/2022) O Balanço Orçamentário é um demonstrativo que traz informações sobre a execução de receitas e despesas ao longo do exercício financeiro. Ao analisar esse demonstrativo, a única informação relativa à receita que NÃO se encontra detalhada para fins de análise é o montante do (a):

- a) previsão atualizada da receita;
- b) receita arrecadada;
- c) receita inicialmente prevista;
- d) receita lançada;
- e) saldo a arrecadar.

Comentários

Segundo o MCASP,

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação.

Portanto, não temos o detalhamento das receitas lançadas.

Gabarito: D

2. (FGV/Auditor/CGU/2022) O Balanço Orçamentário faz parte do conjunto de demonstrações contábeis das entidades públicas e tem por objetivo demonstrar as receitas e despesas detalhadas por categorias econômicas, bem como os valores registrados ao longo dos seus estágios de execução orçamentária. Embora o modelo atualizado do Balanço Orçamentário constante no MCASP esteja aperfeiçoado em relação ao definido na Lei nº 4.320/1964, este demonstrativo ainda apresenta lacunas no que tange a informações referentes a:

- a) atualizações relativas à previsão de receitas orçamentárias;
- b) receitas lançadas a partir da ocorrência do fato gerador;
- c) recursos alocados para o refinanciamento da dívida pública;
- d) recursos orçamentários arrecadados em exercícios anteriores;
- e) valores relativos à apuração e à execução de Restos a Pagar

Comentários

Questão que resolvemos por exclusão. Ao analisarmos a estrutura atualizada do balanço orçamentário, observa-se que o descrito nas opções “a”, “c”, “d” e “e” estão contempladas. Logo, resta-nos a opção “b”. Como o balanço orçamentário segue o regime orçamentário, nem faz sentido o constante nessa opção “b”. É no regime patrimonial que se faz necessário a observância da ocorrência do fato gerador.

Gabarito: B



3. (FGV/Analista/MPSC/2022) O Balanço Orçamentário é uma das demonstrações previstas pela Lei nº 4.320/1964 e que atualmente possui uma estrutura de apresentação mais detalhada do que o originalmente exigido pela lei. Esse detalhamento contribui para aperfeiçoar o planejamento orçamentário nos exercícios futuros. Um dos detalhamentos adicionais da estrutura do Balanço Orçamentário refere-se a:

- a) despesas autorizadas por função e subfunção;
- b) previsão atualizada da receita para o exercício;
- c) receitas arrecadadas de acordo com a vinculação;
- d) receitas previstas por categoria econômica;
- e) saldo de despesas não empenhadas por tipo de crédito.

Comentários

Segundo o MCASP,

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação.

Podemos resumir as alterações da estrutura do balanço orçamentário prevista no MCASP da seguinte forma:

Mudança 1 – Linhas específicas para refinanciamento da dívida;

Mudança 2 – Linhas específicas de saldos de exercícios anteriores

Mudança 3 – A despesa orçamentária passa a ser demonstrada por empenho, liquidação e pagamento.

Mudança 4 – A coluna previsão é desdobrada em duas: dotação inicial e dotação atualizada.

Mudança 5 - Linha específica para reserva de contingência

Mudança 6 – Linhas específicas para amortização da dívida/refinanciamento

Mudança 7 – Estrutura do Balanço Orçamentário dividida em três quadros: Quadro Principal, Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados e Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

Gabarito: B

4. (FGV/Perito/PC-AM/2022) Uma entidade do setor público apresentou, em seu balanço orçamentário de 31/12/X0, os seguintes saldos:

- Receita de capital prevista: R\$ 28.000.
- Receita corrente prevista: R\$ 21.000.
- Receita de capital realizada: R\$ 30.000.
- Receita corrente realizada: R\$ 20.000.
- Despesa de capital fixada: R\$ 25.000.
- Despesa corrente fixada: R\$ 15.000.

No período, a entidade apresentou um superávit orçamentário de R\$ 15.000 e um superávit de capital de R\$ 8.000. Assinale a opção que indica a despesa corrente realizada no período.

- a) R\$ 6.000. b) R\$ 8.000. c) R\$ 13.000. d) R\$ 14.000. e) R\$ 22.000.



Comentários

Efetuando-se os cálculos, temos:

Superávit de capital = receita de capital realizada – despesa de capital realizada

8.000 = 30.000 – despesa de capital realizada

Despesa de capital realizada = 22.000,00

Superávit orçamentário = receita realizada – despesa realizada

15.000 = (30.000 + 20.000) – (22.000 + despesa corrente realizada)

15.000 = 50.000 – 22.000 - despesa corrente realizada

Despesa corrente realizada = 13.000,00

Gabarito: C

5. (FGV/Contador/IMBEL/2021) Em relação ao Balanço Orçamentário de uma entidade do setor público, assinale a afirmativa correta.

- a) Compreende o ativo, o passivo e o patrimônio líquido.
- b) Demonstra as receitas e as despesas previstas, em confronto com as realizadas
- c) Demonstra a receita e a despesa orçamentárias e os saldos em espécie provenientes do exercício anterior.
- d) Evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício.
- e) Evidencia os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária e os saldos em espécie provenientes do exercício anterior.

Comentários

- a. **Errado.** A opção refere-se ao balanço patrimonial.
- b. **Certo.** Exigência clássica do art. 102 da Lei 4.320/64:

Art. 102. O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

- c. **Errado.** A opção refere-se ao balanço financeiro.
- d. **Errado.** A opção refere-se à demonstração das variações patrimoniais.
- e. **Errado.** A opção refere-se ao balanço financeiro.

Gabarito: B

6. (FGV/Técnico Superior/DPE-RJ/2019) O quadro a seguir apresenta dados, expressos em milhares de reais, extraídos do Balanço Orçamentário de uma entidade pública em um dado exercício.



Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Arrecadadas		
Receitas Correntes	22.100,00	22.100,00	19.200,00		
Receitas de Capital	2.010,00	2.010,00	1.140,00		
Despesas	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Despesas correntes	18.365,00	18.650,00	16.885,00	16.445,00	15.340,00
Despesas de Capital	2.015,00	3.075,00	1.575,00	1.465,00	1.325,00

A partir da análise dessa demonstração, é correto afirmar que:

- a) o orçamento foi alterado em mais de 10%;
- b) a entidade atualizou despesas sem indicação de fonte de recursos;
- c) as despesas inscritas em restos a pagar ultrapassam 10% das despesas executadas;
- d) a entidade descumpriu a regra constitucional de realização de despesas de capital;
- e) o resultado da execução orçamentária revela redução da execução das despesas planejadas.

Comentários

a. **Errado.** Ao comparar a previsão inicial com a atualizada verifica-se que não houve alteração. Na comparação da dotação inicial com a atualizada verifica-se que houve uma alteração de apenas R\$ 1.345,00, o que corresponde a muito menos que 10%.

b. **Errado.** A dotação atualizada (R\$ 21.725) está coerente com a previsão atualizada (R\$ 24.110).

c. **Errado.** Despesas inscritas em restos a pagar = 18.460,00 (empenhado) – 16.665,00 (pago) = 1.795,00.

Despesas executadas = despesas empenhadas = 18.460,00

RP inscritos = 9,72%* das despesas executadas

* 1.795/18.460

d. **Errado.** A regra de ouro estabelece que é vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital. Mesmo a questão não detalhando a informação do montante das operações de crédito, observa-se que o montante das despesas executadas de capital (1.575) é maior que o montante das receitas de capital (1.140).

e. **Certo.** Observe que houve uma execução menor nas despesas (R\$ 18.460) do que foi inicialmente planejado (R\$ 21.725). Tal fato revela uma economia de despesa.

Gabarito: E

7. (FGV/Auditor/Pref. Niterói-RJ/2018) Uma entidade pública apresentava, em 31/12/2017, os seguintes saldos:



Receita corrente prevista:	R\$ 50.000;
Receita corrente arrecadada:	R\$ 45.000;
Receita de capital prevista:	R\$ 20.000;
Receita de capital arrecadada:	R\$ 16.000;
Despesa corrente fixada:	R\$ 30.000;
Despesa corrente empenhada:	R\$ 29.000;
Despesa corrente paga:	R\$ 29.000;
Despesa corrente liquidada:	R\$ 28.000;
Despesa de capital fixada:	R\$ 10.000;
Despesa de capital empenhada:	R\$ 8.000;
Despesa de capital liquidada:	R\$ 7.000;
Despesa de capital paga:	R\$ 6.000.

O resultado orçamentário geral da entidade apresenta um superávit de
a) R\$ 9.000. b) R\$ 13.000. c) R\$ 24.000. d) R\$ 30.000. e) R\$ 41.000.

Comentários

Basta confrontar o total empenhado com o total arrecadado. Assim, temos:
Resultado Orçamentário = 61.000,00 - 37.000,00 = 24.000,00 (superávit)

Gabarito: C

8. (FGV/Auditor/MPE-AL/2018) O Balanço Orçamentário é estruturado de modo a evidenciar

- a) os efeitos das alterações nas políticas contábeis.
- b) os efeitos da correção de erros.
- c) o resultado econômico de ações do setor público.
- d) a movimentação em cada componente da demonstração.
- e) a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

Comentários

O balanço orçamentário evidencia o que foi planejado (receitas previstas e despesas fixadas) com o que foi executado (despesas empenhadas e receitas arrecadadas). Logo, evidencia a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

Cabe destacar que o balanço orçamentário é elaborado utilizando-se as classes 5 (orçamento aprovado) e 6 (execução do orçamento) do PCASP.

Gabarito: E

9. (FGV/Analista/Câmara de Salvador-BA/2018) Ao final do 1º ano de mandato, a fim de avaliar os itens de receita que mais contribuíram para a frustração na arrecadação do exercício, o prefeito solicitou um relatório da Secretaria de Finanças do município, que deve buscar os dados demandados pelo gestor no(a):

- a) balanço financeiro;
- b) balanço patrimonial;



- c) balanço orçamentário;
- d) demonstração dos fluxos de caixa;
- e) relatório de gestão fiscal.

Comentários

As informações sobre a arrecadação da receita são evidenciadas no balanço orçamentário. Nele o gestor poderá identificar por meio das origens de receita o que está impactando mais na arrecadação.

Gabarito: C

10. (FGV/Analista/Câmara de Salvador-BA/2018)

Descrição	Previsto	Arrecadado
Receita de cauções contratuais	-	9,00
Receitas de Taxas de Serviço	76,00	79,00
Receitas de Contribuição para Custeio da Iluminação Pública	98,00	100,00
Receitas de Alienação de Bens Móveis	100,00	19,00
Receitas Patrimoniais de Aluguéis	119,00	161,00
Receitas de Taxas de Fiscalização	141,00	145,00
Receitas de Contribuições Sociais	159,00	158,00
Receitas de transferências de capital voluntárias	174,00	60,00
Receitas de Operações de Crédito Internas	322,00	15,00
Receitas de Impostos sobre Serviços	596,00	545,00
Receitas de Impostos sobre o Patrimônio	1.392,00	1.273,00
Receitas de transferências correntes legais	2.480,00	2.583,00

A partir dos dados do Quadro 1 e considerando que o montante da despesa fixada não foi alterado, e que 90% foi empenhado, o resultado da execução orçamentária, em milhões de reais, foi:

- a) 0,00; b) 46,70; c) 55,70; d) 519,00; e) 565,70.

Comentários

O total previsto foi de R\$ 5.657,00. Logo, o total fixado corresponde a esse valor, considerando o Princípio Orçamentário do Equilíbrio.

A questão informa que as despesas empenhadas correspondem a 90% das despesas fixadas. Logo, o valor empenhado (executado) foi de R\$ 5.091,30.

Assim, o resultado orçamentário foi de:

$$RO = 5.138,00^* (\text{arrecadado}) - 5.091,30 (\text{empenhado}) = 46,70.$$

Todas as receitas, exceto as receitas de cauções contratuais são orçamentárias. Logo, os R\$ 9,00 não deve entrar na soma do total arrecadado. Claro que a opção "C" está lá... linda esperando os mais desatentos.

Gabarito: B



11. (FGV/Analista/IBGE/2017)

Quadro III	
Descrição	Saldo
Desincorporação de Ativo	1.100,00
Intangível	1.950,00
Desincorporação de Passivo	4.250,00
Incorporação de Passivo	7.450,00
Investimentos	9.000,00
Passivo Circulante	12.100,00
Passivo Não Circulante	13.600,00
Incorporação de Ativo	15.400,00
Receitas de Capital realizadas	17.400,00
Despesas de Capital executadas	30.100,00
Ativo Realizável a Longo Prazo	30.900,00
Ativo Circulante	73.400,00
Pagamentos Extraorçamentários	107.000,00
Imobilizado	113.480,00
Patrimônio Líquido	125.600,00
Recebimentos Extraorçamentários	224.800,00
Despesas Correntes executadas	231.150,00
Variações Patrimoniais Diminutivas	252.900,00
Receitas Correntes realizadas	292.200,00
Variações Patrimoniais Aumentativas	293.500,00

A partir das informações apresentadas no Quadro III e considerando os conceitos relativos à elaboração do Balanço Orçamentário, o resultado da execução orçamentária no exercício é:

- a) 40.600,00; b) 48.350,00; c) 117.800,00; d) 166.150,00; e) 206.750,00.

Comentários

Efetando o cálculo, temos:

Receita Corrente Realizada	292.200,00
(+) Receita de Capital Realizada	<u>17.400,00</u>
(=) Total Realizado (arrecadado)	309.600,00

Despesas Corrente Executadas	231.150,00
(+) Despesas de Capital Executada	<u>30.100,00</u>
(=) Total Realizado (empenhado)	261.250,00

Resultado orçamentário = 309.600,00 – 261.250,00 = **48.350,00**

Gabarito: B

12. (FGV/Analista/ALERJ/2017) Em um dado exercício, o orçamento de uma entidade pública previu receitas de 80 milhões. A arrecadação excedeu em 10% a previsão. Foram abertos créditos adicionais, que aumentaram a despesa fixada em 6 milhões. Quanto à despesa, não houve economia orçamentária do montante fixado. A inscrição em restos a pagar totalizou 9,5 milhões.

A partir das disposições do regime orçamentário, o montante da despesa executada foi de:



a) 88 milhões; b) 86 milhões; c) 80 milhões; d) 78,5 milhões; e) 76,5 milhões.

Comentários

Como o orçamento aprovado foi de R\$ 80 milhões, a despesa fixada corresponde a esse valor. Já a despesa atualizada foi de R\$ 86 milhões (fixada + abertura de créditos adicionais).

Como não houve economia de despesa, significa que todo esse montante foi empenhado, ou seja, o total empenhado/executado foi de R\$ 86 milhões.

Cabe destacar que a inscrição dos restos a pagar não influencia em nada no montante da despesa executada. É uma informação que foi colocada somente para te induzir a marcar a opção "E".

Gabarito: B

13. (FGV/Analista/IBGE/2016) As informações a seguir têm origem na execução orçamentária do último exercício de um ente da federação e os valores estão expressos em milhares de reais.

Dotação inicial	26.689.903,00
Dotação atualizada	28.491.775,00
Despesas empenhadas	24.487.589,00
Despesas liquidadas	23.885.743,00
Despesas pagas	21.707.193,00
Saldo da dotação	4.004.186,00

A análise das informações do Quadro sobre a execução da despesa permite afirmar que:

- a) houve economia orçamentária superior a 10%;
- b) houve despesas não inscritas em restos a pagar por insuficiência financeira;
- c) não houve abertura de créditos adicionais;
- d) os ajustes na despesa fixada ultrapassaram 7%;
- e) os restos a pagar foram inferiores a 10% da despesa executada.

Comentários

a. **Certo.** A economia orçamentária pode ser obtida pelo confronto entre as despesas executadas (empenhadas) e a dotação atualizada. Efetuando o cálculo, temos:

$$\text{Economia Orçamentária} = 24.487.589,00 / 28.491.775,00 = 0,86$$

Logo, houve uma economia orçamentária de aproximadamente 14% (superior a 10%, conforme afirma o item).

b. **Errado.** A inscrição em restos a pagar não necessariamente está ligada à insuficiência financeira.

c. **Errado.** A diferença entre a dotação atualizada e a dotação inicial decorre justamente da abertura de créditos adicionais.

d. **Errado.** O ajuste na despesa fixada é obtido da diferença entre a dotação atualizada e a dotação inicial. Assim, para encontrarmos o percentual basta dividir a dotação inicial pela atualizada e verificar a diferença da unidade.

$$26.689.903,00 / 28.491.775,00 = 0,94 \text{ (diferença} = 0,06 \text{ ou } 6\%)$$



Logo, os ajustes na despesa fixada foram de aproximadamente 6%.

e. **Errado**. Os restos a pagar correspondem às despesas empenhadas e não pagas. No caso, temos um valor de 2.780.396,00. Esse valor corresponde a 11,35% da despesa executada (24.487.589,00).

Gabarito: A

14. (FGV/Analista/IBGE/2016) O orçamento de um determinado ente apresentou, em um dado exercício, uma receita prevista de R\$ 280 milhões. Foram abertos créditos adicionais que totalizaram 10% da dotação inicial, sendo metade coberto com superávit financeiro e metade com anulação de dotações. Sabe-se ainda que 90% da despesa autorizada foi empenhada, das quais 85% foram liquidadas. Além disso, 10% da despesa foi inscrita em restos a pagar processados.

De acordo com os dados, para inscrição de restos a pagar não processados, o valor da disponibilidade financeira não comprometida deve ser no mínimo de:

a) 22.491.000,00; b) 23.562.000,00; c) 39.690.000,00; d) 41.580.000,00; e) 64.071.000,00.

Comentários

Questão bem interessante que deve ser resolvida por partes. No final o examinador quer saber o valor da disponibilidade financeira não comprometida mínima que o ente deve possuir para inscrever os restos a pagar não processados. Logo, devemos calcular os RP não processados. Para tanto, precisamos identificar quanto que foi empenhado e confrontar com o que foi liquidado. A diferença será o nosso gabarito. Mãos à obra!

Primeiramente a questão informa que a receita prevista foi de 280 milhões. Logo, a despesa fixada foi também de 280 milhões (princípio do equilíbrio).

A questão informa que 90% da despesa autorizada foi empenhada, das quais 85% foram liquidadas. Logo, se soubermos o valor da despesa autorizada podemos encontrar o valor dos RP não processados inscritos.

Foi informado que os créditos adicionais abertos totalizaram 10% da dotação inicial. Logo, a dotação total autorizada (dotação atualizada) foi de:

$280.000.000,00 \times 10\% = 28.000.000,00$ (créditos adicionais abertos)

Dotação atualizada = $280.000.000,00 + 14.000.000,00^* = \mathbf{294.000.000,00}$

* Metade das fontes para abertura de créditos adicionais foi proveniente de anulação de dotações, o que não altera a dotação inicial. Logo, somente devemos computar a metade dos 28.000.000,00, ou seja, os 14.000.000,00 decorrentes da cobertura via superávit financeiro.

Agora, vamos ver o que foi empenhado e liquidado e calcular o RP não Processado:

Valor empenhado = $294.000.000,00 \times 90\%: 264.600.000,00$

Valor liquidado = $264.600.000,00 \times 85\%: 224.910.000,00$

RP Não Processado = $264.600.000,00 - 224.910.000,00: \mathbf{39.690.000,00}$

Gabarito: C

15. (FGV/Analista/IBGE/2016) O orçamento de um determinado ente apresentou, em um dado exercício, uma receita prevista de R\$ 280 milhões. Foram abertos créditos adicionais que totalizaram 10% da dotação inicial, sendo metade coberto com superávit financeiro e metade com anulação de dotações. Sabe-se ainda que 90% da despesa autorizada foi empenhada, das quais 85% foram liquidadas. Além disso, 10% da despesa foi inscrita em restos a pagar processados.



A partir das disposições legais sobre estágios da despesa pública, para fins de prestação de contas no balanço orçamentário, a despesa executada no exercício totalizou:

a) 224.910.000,00; b) 235.620.000,00; c) 252.000.000,00; d) 264.600.000,00; e) 277.200.000,00.

Comentários

A despesa executada corresponde, para fins orçamentários, à despesa empenhada. Conforme vimos na resolução da questão anterior, a despesa empenhada/executada foi de 264.600.000,00.

Gabarito: D

16. (FGV/Analista/TJ-BA/2015) Quadro I: Dados da execução orçamentária de um ente da federação no exercício de 2012

Receitas correntes previstas	193.000,00
Receitas de capital previstas	7.000,00
Despesas correntes fixadas	145.000,00
Despesas de capital fixadas	55.000,00
Receitas correntes arrecadadas	175.800,00
Receitas de capital arrecadadas (Operações de crédito)	15.250,00
Despesas correntes empenhadas	139.100,00
Despesas de capital empenhadas	47.700,00
- Amortização de dívidas:	11.200,00
- Aquisição de veículos:	36.500,00
Recebimento de depósitos em garantia no período	2.100,00
Restituição de depósitos em garantia no período	1.600,00
Pagamento de restos a pagar no período	1.950,00
Quadro II: Saldos em 31/12 do exercício anterior	
Caixa e equivalentes de caixa	5.700,00
Estoque	1.950,00
Móveis e equipamentos	12.600,00
Veículos	21.200,00
Edificações	43.500,00
Restos a pagar	2.300,00
Depósitos a restituir	1.700,00
Dívida fundada interna	17.400,00

Considerando as informações dos quadros I e II, o resultado da execução orçamentária do ente da federação no exercício de 2012 é:

a) 2.800,00; b) 4.250,00; c) 4.750,00; d) 8.950,00; e) 13.200,00.



Comentários

O resultado da execução orçamentária pode ser obtido por meio do confronto entre a receita executada (arrecadada) e a despesa executada (empenhada). Assim, temos:

Receitas arrecadadas = 175.800,00 + 15.250,00: 191.050,00

Despesas empenhadas = 139.100,00 + 47.700,00: 186.800,00

Resultado da Execução Orçamentária = 191.050,00 - 186.800,00 → **4.250,00**

Gabarito: B

17. (FGV/Analista/TJ-RO/2015) Os dados a seguir foram extraídos da Lei Orçamentária Anual e da execução orçamentária do Município de Brevidade relativos ao exercício de 2x14:

Receita Orçamentária Prevista	240 milhões
Receita Orçamentária Realizada	104,3% da previsão inicial
Execução da Despesa Orçamentária	97,5% da dotação inicial

A partir dessas informações, é correto afirmar que:

- a) a economia orçamentária foi inferior à projetada;
- b) a despesa inscrita em restos a pagar é inferior a 5% da despesa executada;
- c) houve frustração na arrecadação de capital;
- d) houve superávit na execução orçamentária;
- e) não houve abertura de créditos adicionais.

Comentários

- a. **Errado.** A execução da despesa foi inferior à fixada, o que gerou uma economia orçamentária.
- b. **Errado.** Apenas com os dados informados não há como saber quanto que foi inscrito em restos a pagar, pois não foi informado quanto foi efetivamente pago.
- c. **Errado.** Mais uma vez não há como saber o resultado corrente ou de capital, pois as informações não estão segregadas em categorias econômicas.
- d. **Certo.** Como a receita prevista foi de 240 milhões, a despesa prevista foi de igual valor. Assim, podemos efetuar o cálculo do que foi executado:

Receita Orçamentária Realizada = 104,3% de 240 milhões → **250.320,00**

Execução da Despesa Orçamentária = 97,5% de 240 milhões → **234.000,00**

Resultado orçamentário = 250.320,00 – 234.000,00 = **16.320,00**

- e. **Errado.** Outra opção em que não há como afirmar apenas com os dados informados.

Gabarito: D

18. (FGV/Analista/TJ-SC/2015) Em determinado exercício, um ente público obteve R\$ 16 milhões em receitas de origem tributária e empenhou despesas de R\$ 15,2 milhões. Das despesas executadas, os valores dos serviços prestados e materiais recebidos efetivamente representam R\$ 14 milhões, dos quais 10% ficaram pendentes de pagamento. No início do exercício o ente público apresentava saldo de caixa igual a zero.



A partir das informações dadas, é correto afirmar que:

- a) houve excesso de arrecadação;
- b) houve economia orçamentária de R\$ 1,2 milhão;
- c) o resultado orçamentário foi superavitário;
- d) o saldo final de caixa no exercício foi de R\$ 2 milhões;
- e) o montante inscrito em restos a pagar foi de R\$ 1,4 milhão.

Comentários

- a. **Errado.** Não há como afirmar se houve excesso de arrecadação, pois não foi informado o valor da receita prevista.
- b. **Errado.** Não há como afirmar se houve economia de despesa, pois não foi informado o valor da despesa fixada.
- c. **Certo.** Perfeito! Foi arrecadado 16 milhões e empenhado (executado) 15,2 milhões. Logo, houve um superávit de 0,8 milhões.
- d. **Errado.** A questão informa que 10% de 14 milhões ficaram pendentes de pagamento, ou seja, foi pago apenas 12,6 milhões. Logo, o saldo final de caixa no exercício foi de 3,4 milhões (16 – 12,6).
- e. **Errado.** Como foi empenhado 15,2 milhões e pago apenas 12,6 milhões, foi inscrito em RP o valor de 2,6 milhões.

Gabarito: C

19. (FCC/Analista/Recife/2019) Atenção: Utilize as informações a seguir para responder à questão.

As seguintes informações, referentes a transações ocorridas no mês de novembro de 2017, foram extraídas do sistema de contabilidade de um determinado ente público municipal:

- Arrecadação de Receitas de Impostos no valor de R\$ 35.000.000,00. Tal receita foi lançada no mês de outubro de 2017.
- Lançamento e arrecadação de Receitas de Serviços no valor de R\$ 5.000.000,00.
- Lançamento de Receitas com Aluguéis e Arrendamentos no valor de R\$ 2.500.000,00. Tal receita foi arrecadada em dezembro de 2017.
- Obtenção de Operação de Crédito no valor de R\$ 1.000.000,00 com vencimento em setembro de 2018. Tal operação de crédito constava na Lei Orçamentária Anual referente ao exercício financeiro de 2017.
- Pagamento de R\$ 50.000,00 a fornecedores referentes a despesas com a aquisição de utensílios de laboratório. Em outubro de 2017, tais utensílios foram entregues pelo fornecedor e a despesa foi liquidada pelo valor total da nota de empenho emitida em setembro de 2017.
- Pagamento, no valor de R\$ 900.000,00, de restos a pagar processados inscritos em 31/12/2016 referentes a despesas com a aquisição de um bem imóvel.
- Amortização de R\$ 80.000,00 referentes ao principal de uma Operação de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária.
- Liquidação de despesa, no valor de R\$ 15.000,00, referente à aquisição de material de construção para reparos em imóveis. A nota de empenho foi emitida em setembro de 2017 e a despesa foi paga em março de 2018 pelo valor total do empenho.



- Empenho, liquidação e pagamento de despesa com Pessoal e Encargos Sociais no valor de R\$ 20.000.000,00.
- Empenho de despesa, no valor de R\$ 5.000,00, referente a Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, contratados para a adaptação de um bem imóvel do edifício-sede do referido ente. A despesa foi liquidada em dezembro de 2017 e paga em janeiro de 2018 pelo valor total do empenho.
- Empenho de despesa, no valor de R\$ 150.000,00, referente à aquisição de luvas de malha de aço. A despesa foi liquidada e paga em fevereiro de 2018 pelo valor total do empenho.
- Devolução de depósito caução no valor de R\$ 35.000,00.

O impacto das transações ocorridas no mês de novembro de 2017, tomadas em conjunto, no resultado de execução orçamentária referente ao exercício financeiro de 2017, de acordo com a Lei n. 4.320/1964, foi

- a) uma redução de R\$ 12.655.000,00.
- b) um aumento de R\$ 20.845.000,00.
- c) um aumento de R\$ 19.935.000,00.
- d) um aumento de R\$ 20.985.000,00.
- e) uma redução de R\$ 13.565.000,00.

Comentários

Para encontrar o impacto das transações ocorridas no mês de novembro de 2017, tomadas em conjunto, no resultado de execução orçamentária de 2017, precisamos identificar o que foi arrecadado e empenhado em novembro de 2017.

Receitas Arrecadadas (novembro de 2017)

- Arrecadação de Receitas de Impostos no valor de R\$ 35.000.000,00. Tal receita foi lançada no mês de outubro de 2017. **(+) 35.000.000,00**
- Lançamento e arrecadação de Receitas de Serviços no valor de R\$ 5.000.000,00. **(+) 5.000.000,00**
- Obtenção de Operação de Crédito no valor de R\$ 1.000.000,00 com vencimento em setembro de 2018. Tal operação de crédito constava na Lei Orçamentária Anual referente ao exercício financeiro de 2017. **(+) 1.000.000,00**

Despesas Empenhadas (novembro de 2017)

- Empenho, liquidação e pagamento de despesa com Pessoal e Encargos Sociais no valor de R\$ 20.000.000,00. **(-) 20.000.000,00**
- Empenho de despesa, no valor de R\$ 5.000,00, referente a Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, contratados para a adaptação de um bem imóvel do edifício-sede do referido ente. A despesa foi liquidada em dezembro de 2017 e paga em janeiro de 2018 pelo valor total do empenho. **(-) 5.000,00**
- Empenho de despesa, no valor de R\$ 150.000,00, referente à aquisição de luvas de malha de aço. A despesa foi liquidada e paga em fevereiro de 2018 pelo valor total do empenho. **(-) 150.000,00**

Resultado Orçamentário (NOV/2017) = 41.000.000,00 – 20.155.000,00 = 20.845.000,00

Gabarito: B



20. (FCC/Analista/SEAD-AP/2018) As seguintes informações, referentes a transações ocorridas no mês de novembro de 2017, foram extraídas do sistema de contabilidade de um determinado ente público estadual:

- Arrecadação de receita de Impostos no valor de R\$ 33.000.000,00. Tal receita foi lançada no mês de outubro de 2017.
- Lançamento e arrecadação de Taxas no valor de R\$ 90.000,00.
- Lançamento de Contribuição de Melhoria no valor de R\$ 110.000,00. Tal receita foi arrecadada em dezembro de 2017.
- Arrecadação de Transferências Correntes no valor de R\$ 25.550.000,00, cujo direito de recebimento foi reconhecido em outubro de 2017.
- Empenho, liquidação e pagamento de despesa com Pessoal e Encargos Sociais no valor de R\$ 21.300.000,00.
- Empenho de despesa referente à aquisição de material de expediente no valor de R\$ 32.000,00. A entrega do material pelo fornecedor ocorreu em 05/12/2017, data em que a despesa foi liquidada pelo valor total do empenho. Tal despesa foi paga em 17/01/2018 pelo valor total do empenho e o material foi utilizado para a prestação de serviços em 2018.
- Empenho de despesa referente à aquisição de material odontológico no valor de R\$ 100.000,00. A entrega do material pelo fornecedor e a liquidação da despesa ocorreram em 17/01/2018 pelo valor total do empenho. Tal despesa foi paga em 12/02/2018 pelo valor total do empenho e o material foi utilizado para a prestação de serviços em 2018.
- Empenho e liquidação de despesa referente à aquisição de uma edificação no valor de R\$ 1.200.000,00. Tal despesa foi paga em 12/01/2018 pelo valor total do empenho.
- Empenho de despesa referente à aquisição de um veículo no valor de R\$ 60.000,00. Tal despesa foi liquidada em 18/12/2017 e paga em 10/01/2018 pelo valor total do empenho.
- Pagamento de R\$ 9.000,00 a fornecedores referente a despesas com a aquisição de material de segurança, cujo empenho e liquidação ocorreram em outubro de 2017.

O impacto das transações ocorridas no mês de novembro de 2017, tomadas em conjunto, no resultado de execução orçamentária referente ao exercício financeiro de 2017, de acordo com a Lei no 4.320/1964, foi

- a) um aumento de R\$ 36.140.000,00.
- b) uma redução de R\$ 21.109.000,00.
- c) um aumento de R\$ 35.948.000,00.
- d) uma redução de R\$ 22.492.000,00.
- e) um aumento de R\$ 37.331.000,00.

Comentários

Mesma forma de resolução da questão anterior.

Receitas Arrecadadas (novembro de 2017)

– Arrecadação de receita de Impostos no valor de R\$ 33.000.000,00. Tal receita foi lançada no mês de outubro de 2017. **(+) 33.000.000,00**



- Lançamento e arrecadação de Taxas no valor de R\$ 90.000,00. **(+) 90.000,00**
- Arrecadação de Transferências Correntes no valor de R\$ 25.550.000,00, cujo direito de recebimento foi reconhecido em outubro de 2017. **(+) 25.550.000,00**

Despesas Empenhadas (novembro de 2017)

– Empenho, liquidação e pagamento de despesa com Pessoal e Encargos Sociais no valor de R\$ 21.300.000,00. **(-) 21.300.000,00**

– Empenho de despesa referente à aquisição de material de expediente no valor de R\$ 32.000,00.

(-) 32.000,00

– Empenho de despesa referente à aquisição de material odontológico no valor de R\$ 100.000,00. **(-) 100.000,00**

– Empenho e liquidação de despesa referente à aquisição de uma edificação no valor de R\$ 1.200.000,00. **(-) 1.200.000,00**

– Empenho de despesa referente à aquisição de um veículo no valor de R\$ 60.000,00. **(-) 60.000,00**

Resultado Orçamentário (NOV/2017) = 58.640.000,00 – 22.692.000,00 = 35.948.000,00

Gabarito: C

Atenção: Para responder a questão a seguir, considere as seguintes contas contábeis extraídas dos Balanços Orçamentário e Patrimonial levantados em 31/12/16 de determinada entidade do setor público.

Contas Contábeis	Valor R\$
Previsão Inicial da Receita	1.160.000
Ativo Circulante	750.000
Receita Realizada	1.270.000
Passivo Circulante	390.000
Despesa Empenhada	820.000
Ativo não Circulante	470.000
Saldo da Dotação	340.000
Despesa Liquidada	630.000
Passivo não Circulante	280.000
Despesa Empenhada Paga	590.000

21. (FCC/Analista/TRE-SP/2017) No que tange ao Balanço Orçamentário, no exercício de 2016, o valor inscrito em restos a pagar não processado foi, em R\$, de

- a) 230.000.
- b) 190.000.
- c) 40.000.
- d) 340.000.
- e) 530.000.



Comentários

O valor inscrito em restos a pagar não processado é obtido pela diferença entre as despesas empenhadas e as despesas liquidadas. Assim, temos:

RP não processado inscrito = Despesa empenhada – despesa liquidada

RP não processado inscrito = 820.000,00 – 630.000,00 = 190.000,00

Gabarito: B

Atenção: Para responder à questão, considere as seguintes informações (Valores em reais):

A lei orçamentária de determinado Estado da região Norte, para o exercício de 2014, estimou receitas e fixou despesas, nos seguintes valores:

Receitas Previstas

Correntes 300.000,00

Capital 230.000,00

Despesas Fixadas

Correntes 270.000,00

Capital 260.000,00

Durante o exercício de 2014, o Estado realizou as seguintes transações referentes a:

– Empenho de despesas com serviços de manutenção das rodovias estaduais	50.000,00
– Recebimento de ICMS	210.000,00
– Empenho de Despesas com a Construção de Viadutos	147.000,00
– Recebimento da Cota Parte do Fundo de Participação dos Estados – FPE	75.000,00
– Empenho da Despesa com Folha de Pagamento	115.000,00
– Recebimento de Aluguéis de Imóveis de Propriedade do Estado	27.000,00
– Empenho de Despesas com Serviços de Manutenção de Bens Imóveis	35.000,00
– Recebimento de Empréstimos por Antecipação da Receita Orçamentária	10.000,00
– Recebimento de Empréstimos Obtidos de Longo Prazo	95.000,00
– Empenho de Despesas com Aquisição de Veículos Novos	108.000,00
– Uso de Material de Consumo	20.000,00
– Recebimento de Imóvel doado por entidade de direito privado	145.000,00
– Empenho de Despesas com Água, Luz e Telefone	20.000,00
– Depreciação de Bens móveis	40.000,00
– Recebimento de Rendimentos de Aplicações Financeiras	18.000,00
– Empenho de Despesas com Juros e Encargos de Empréstimos Obtidos	20.000,00
– Recebimento de Multas de Juros de Mora	15.000,00
– Recebimento pela Alienação de Bens Imóveis	175.000,00



22. (FCC/Auditor/TCE-AM/2015) O Balanço Orçamentário, levantado em 31.12.2014, apresentou um superávit de, em reais,

- a) 100.000,00 b) 245.000,00 c) 130.000,00 d) 60.000,00 e) 120.000,00

Comentários

Para encontrarmos o resultado orçamentário devemos confrontar as receitas arrecadadas com as despesas empenhadas. Assim, temos:

Despesas Empenhadas

– Empenho de despesas com serviços de manutenção das rodovias estaduais	50.000,00
– Empenho de Despesas com a Construção de Viadutos	147.000,00
– Empenho da Despesa com Folha de Pagamento	115.000,00
– Empenho de Despesas com Serviços de Manutenção de Bens Imóveis	35.000,00
– Empenho de Despesas com Aquisição de Veículos Novos	108.000,00
– Empenho de Despesas com Água, Luz e Telefone	20.000,00
– Empenho de Despesas com Juros e Encargos de Empréstimos Obtidos	<u>20.000,00</u>
Total	495.000,00

Receitas Arrecadadas

– Recebimento de ICMS	210.000,00
– Recebimento da Cota Parte do Fundo de Participação dos Estados – FPE	75.000,00
– Recebimento de Aluguéis de Imóveis de Propriedade do Estado	27.000,00
– Recebimento de Empréstimos Obtidos de Longo Prazo	95.000,00
– Recebimento de Rendimentos de Aplicações Financeiras	18.000,00
– Recebimento de Multas de Juros de Mora	15.000,00
– Recebimento pela Alienação de Bens Imóveis	<u>175.000,00</u>
Total	615.000,00

Resultado Orçamentário = 615.000 – 495.000 = 120.000,00 (superávit)

Atenção para os dados que são independentes da execução orçamentária e, portanto, não entram no cômputo do resultado orçamentário:

– Uso de Material de Consumo	20.000,00
– Recebimento de Empréstimos por Antecipação da Receita Orçamentária	10.000,00
– Depreciação de Bens móveis	40.000,00
– Recebimento de Empréstimos por Antecipação da Receita Orçamentária	10.000,00

Gabarito: E

23. (FCC/Analista/TRT3/2015) Atenção: Para responder à questão, considere as receitas orçamentárias previstas e as despesas orçamentárias fixadas para o exercício de 2014, bem como as seguintes transações realizadas por determinada entidade pública durante o exercício de 2014 (valores em reais):



– Receita corrente prevista	600,00	Despesa corrente fixada	550,00
– Receita de capital prevista	1.000,00	Despesa de capital fixada	1.050,00
Total das Receitas	1.600,00	Total das Despesas	1.600,00
– Empenho de despesas com pessoal			290,00
– Receita de impostos			340,00
– Empenho de despesas com serviços de manutenção de bens imóveis			110,00
– Abertura de crédito suplementar por anulação de dotação orçamentária			70,00
– Receita da cota parte do ICMS			180,00
– Depreciação de bens móveis e veículos			140,00
– Receita de taxas diversas			80,00
– Receita com alienação de bens imóveis			700,00
– Recebimento em doação de 25 computadores			50,00
– Empenho de despesa com água, luz e telefone			80,00
– Receita de operações de crédito de longo prazo			350,00
– Empenho de despesa com aquisição de veículos			250,00
– Receita de multas e juros sobre impostos pagos após seus vencimentos			90,00
– Ganhos com alienação de bens imóveis			60,00
– Empenho de despesa para amortização de dívidas de longo prazo			400,00
– Pagamento de despesas empenhadas e liquidadas			780,00

Observações:

- Todas as despesas empenhadas foram liquidadas no próprio exercício.
- Todas as receitas foram recebidas no próprio exercício.

O resultado da execução orçamentária apresenta, em reais,

- a) um excesso de arrecadação de 470,00
- b) um superávit orçamentário de 610,00
- c) uma insuficiência de arrecadação de 140,00
- d) um déficit orçamentário de 140,00
- e) uma economia orçamentária de 610,00

Comentários

Para encontrar o resultado orçamentário devemos confrontar as receitas arrecadadas com as despesas empenhadas. Assim, temos:

Despesas Empenhadas

– Empenho de despesas com pessoal	290,00
– Empenho de despesas com serviços de manutenção de bens imóveis	110,00



– Empenho de despesa com água, luz e telefone	80,00
– Empenho de despesa com aquisição de veículos	250,00
– Empenho de despesa para amortização de dívidas de longo prazo	400,00
Total	1.130,00

Receitas Arrecadadas

– Receita de impostos	340,00
– Receita da cota parte do ICMS	180,00
– Receita de taxas diversas	80,00
– Receita com alienação de bens imóveis	700,00
– Receita de operações de crédito de longo prazo	350,00
– Receita de multas e juros sobre impostos pagos após seus vencimentos	90,00
Total	1.740,00

Resultado Orçamentário = 1.740,00 – 1.130,00 = **610,00 (superávit)**

Gabarito: B

24. (FCC/Analista/TRT3/2015) No balancete orçamentário de 31/05/2015, de determinado ente da federação, o saldo das receitas patrimoniais era de R\$ 275.000,00. Durante o mês de junho de 2015, entre outros, foram recebidos os seguintes valores em reais:

– Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana Inscrito na Dívida Ativa	185.000,00
– Receitas arrecadadas provenientes do pagamento de aluguéis pela utilização de próprios do poder público	25.000,00
– Receitas de concessões e permissões – serviços de transporte	80.000,00
– Receita de operações de crédito de longo prazo	45.000,00
– Recebimento de caução de empresa para participar de licitação para fornecimento de computadores	15.000,00
– Receita de cessão do direito de operacionalização de pagamento a fornecedores	30.000,00

No balancete orçamentário de 30/06/2015, o saldo das receitas patrimoniais era, em reais,

a) 410.000,00 b) 380.000,00 c) 425.000,00 d) 460.000,00 e) 300.000,00

Comentários

Vamos classificar cada uma das receitas:

– Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana Inscrito na Dívida Ativa 185.000,00

Receita Tributária

– Receitas arrecadadas provenientes do pagamento de aluguéis pela utilização de próprios do poder público 25.000,00

Receita Patrimonial

– Receitas de concessões e permissões – serviços de transporte 80.000,00

Receita Patrimonial



– Receita de operações de crédito de longo prazo 45.000,00

Receita de Capital

– Recebimento de caução de empresa para participar de licitação para fornecimento de computadores 15.000,00

Receita Extraorçamentária

– Receita de cessão do direito de operacionalização de pagamento a fornecedores 30.000,00

Receita Patrimonial

Somando as receitas patrimoniais, temos:

275.000,00 + 25.000,00 + 80.000,00 + 30.000,00 = **410.000,00**

Gabarito: A

25. (FCC/Auditor/CGM São Luís/2015) Atenção: Para responder à questão considere as informações abaixo relativas à execução orçamentária de uma despesa aprovada no orçamento de determinada entidade do setor público.

Para o exercício de 2014, a dotação orçamentária fixada para as despesas com conservação e manutenção de logradouros públicos era de R\$ 290.000,00. Durante o exercício de 2014, foram realizadas as seguintes transações na referida dotação orçamentária:

Total empenhado para a despesa	390.000,00
Abertura de crédito suplementar por excesso de arrecadação	110.000,00
Liquidação da despesa empenhada	210.000,00
Cancelamento (anulação) do empenho da despesa	60.000,00
Pagamento da despesa empenhada	190.000,00

Ao final do exercício de 2014 a execução orçamentária apresentou uma economia orçamentária no valor de

a) 70.000,00. b) 10.000,00. c) 100.000,00. d) 90.000,00. e) 80.000,00.

Comentários

A economia orçamentária é obtida por meio do confronto entre as despesas fixadas e as despesas executadas (empenhadas).

Despesas Fixadas

Dotação fixada	290.000,00
Crédito Suplementar	<u>110.000,00</u>
Total	400.000,00

Despesas Executadas

Empenhado	390.000,00
Cancelamento empenho	<u>(60.000,00)</u>
Total	330.000,00

Economia Orçamentária = 400.000,00 – 330.000,00 = **70.000,00**



Gabarito: A

26. (FCC/Analista/Controle Interno/CNMP/2015) O saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês, entre a receita prevista e a realizada, considerando-se ainda a tendência do exercício, denomina-se

- a) Economia Orçamentária.
- b) Superávit Orçamentário.
- c) Superávit Financeiro.
- d) Excesso de Arrecadação.
- e) Superávit Primário.

Comentários

Trata-se de exigência literal do disposto no art. 43, §3º da Lei n. 4.320/64:

*Art. 43, § 3º Entende-se por **excesso de arrecadação**, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.*

Gabarito: D

27. (FCC/Auditor de Controle Externo/Contábil/TCM-GO/2015) De acordo com as Estrutura do Balanço Orçamentário definida a na Parte V do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, os valores relativos à despesa serão evidenciados nas colunas

- a) Dotação Inicial, Despesa Empenhada, Despesa Liquidada, Despesa em Liquidação, Despesa Paga e Saldo de Restos a Pagar.
- b) Dotação Inicial, Despesa Empenhada, Despesa Liquidada, Despesa em Liquidação, Despesa Paga e Saldo de Dotação.
- c) Dotação Atualizada, Despesa Empenhada, Despesa Liquidada, Despesa em Liquidação, Despesa Paga e Saldo de Dotação.
- d) Dotação Atualizada, Despesa Empenhada, Despesa Liquidada, Despesa Paga e Despesa Cancelada.
- e) Dotação Inicial, Dotação Atualizada, Despesa Empenhada, Despesa Liquidada, Despesa Paga e Saldo de Dotação.

Comentários

Nos termos do MCASP,

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação.

Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

Gabarito: E

28. (FCC/Analista do Tesouro Estadual/SEFAZ-PI/2015) Instrução: Para responder à questão, considere a execução orçamentária, nos termos da Lei Federal nº 4.320/64, e as informações a seguir:



Na lei orçamentária de determinado Estado da região Nordeste do Brasil, para o exercício de 2014, consta a autorização de despesa na dotação orçamentária “serviços de conservação e manutenção de bens imóveis”, no valor de R\$ 450.000,00. No mês de fevereiro de 2014, foi contratada a empresa DB e Serviços Ltda. para realização dos serviços. Ao final do exercício de 2014, a execução orçamentária da referida dotação apresentava a seguinte situação:

– Despesa empenhada	R\$ 390.000,00
– Despesa liquidada (processada)	R\$ 310.000,00
– Despesa paga	R\$ 240.000,00
– Anulação parcial da referida dotação	R\$ 40.000,00

O saldo da dotação de serviços de conservação e manutenção de bens imóveis, ou seja, o valor da economia orçamentária foi, ao final do exercício de 2014, em reais,

a) 60.000,00 b) 140.000,00 c) 210.000,00 d) 80.000,00 e) 20.000,00

Comentários

A economia orçamentária é obtida por meio do confronto entre as despesas fixadas e as despesas executadas (empenhadas).

Despesas Fixadas

Dotação fixada	<u>450.000,00</u>
Anulação parcial da dotação	<u>(40.000,00)</u>
Total	410.000,00

Despesas Executadas

Despesa Empenhada	<u>390.000,00</u>
Total	390.000,00

Economia Orçamentária = 410.000,00 – 390.000,00 = **20.000,00**

Gabarito: E

29. (FCC/Auditor/TCE-SP/2013) Considere as informações, a seguir, referentes ao exercício financeiro de X1 de uma entidade pública governamental:

	Em R\$ (1.000)
Previsão Inicial das Receitas	2.000.000
Previsão Atualizada das Receitas	2.040.000
Receitas Realizadas	2.050.000
Despesas Fixadas	2.000.000
Despesas Empenhadas	1.980.000
Despesas Liquidadas	1.900.000
Despesas Pagas	1.820.000

Com base nestas informações, é correto afirmar que, em X1 e em milhares de reais,



- a) o excesso de arrecadação foi 230.000.
- b) o valor inscrito em restos a pagar não processados foi 160.000.
- c) o resultado de execução orçamentária foi superavitário em 150.000.
- d) o valor inscrito em restos a pagar processados foi 80.000.
- e) a variação no caixa em decorrência da execução do orçamento foi 60.000.

Comentários

Vamos analisar as opções.

a. o excesso de arrecadação foi 230.000.

a. **Errada.** Para descobrirmos o excesso ou insuficiência de arrecadação devemos confrontar as receitas realizadas com as receitas previstas atualizadas. Assim, temos:

Excesso de arrecadação = Receitas Realizadas - Previsão Atualizada das Receitas

Excesso de arrecadação = 2.050.000 - 2.040.000 = 10.000

b. O valor inscrito em restos a pagar não processados foi 160.000.

b. **Errada.** Para encontrarmos o valor dos Restos a Pagar não processados devemos subtrair das despesas empenhadas aquilo que já foi liquidado.

Restos a pagar não processados inscritos no exercício = despesas empenhadas – despesas liquidadas

Restos a pagar não processados inscritos no exercício = 1.980.000 – 1.900.000

Restos a pagar não processados inscritos no exercício = 80.000

c. O resultado de execução orçamentária foi superavitário em 150.000.

c. **Errada.** O resultado da execução orçamentária é calculado confrontando-se as receitas arrecadadas (realizadas) com as despesas empenhadas.

Resultado Orçamentário = receitas realizadas – despesas empenhadas

Resultado Orçamentário = 2.050.000 – 1.980.000

Resultado Orçamentário = 70.000 superavitário

Observação: Considera-se despesa orçamentária executada a despesa que já passou pelo estágio do empenho.

d. O valor inscrito em restos a pagar processados foi 80.000.

d. **Certa.** Para encontrarmos o valor dos Restos a Pagar processados devemos subtrair das despesas liquidadas aquilo que já foi pago.

Restos a pagar processados inscritos no exercício = despesas liquidadas – despesas pagas

Restos a pagar processados inscritos no exercício = 1.900.000 – 1.820.000

Restos a pagar processados inscritos no exercício = 80.000

e. A variação no caixa em decorrência da execução do orçamento foi 60.000.

e. **Errada.** A variação no caixa em decorrência da execução do orçamento é o impacto ocorrido no caixa decorrente da diferença entre o que foi recebido e pago.



Variação no Caixa decorrente da execução orçamentária = Receita Realizada – Despesa Paga

Variação no Caixa decorrente da execução orçamentária = 2.050.000 – 1.820.000

Variação no Caixa decorrente da execução orçamentária = 230.000

Gabarito: D

30. (FCC/Auditor Substituto de Conselheiro/TCE-RO/2010) Os dados a seguir foram extraídos do Balanço Orçamentário de uma prefeitura municipal elaborado conforme a Portaria STN no 749/09:

Em R\$ (mil)

Previsão Inicial.....	10.000,00
Previsão Atualizada	11.000,00
Receitas Realizadas	11.100,00
Dotação Inicial	10.000,00
Dotação Atualizada.....	11.000,00
Despesas Empenhadas.....	10.500,00
Despesas Liquidadas.....	10.300,00
Despesas Pagas.....	9.800,00

Com base nessas informações, é correto afirmar que

- a) o excesso de arrecadação foi de R\$ (mil) 1.100,00.
- b) a economia orçamentária foi de R\$ (mil) 600,00.
- c) a inscrição de restos a pagar processados foi de R\$ (mil) 700,00.
- d) o superávit de execução foi de R\$ (mil) 600,00.
- e) a despesa fixada na Lei Orçamentária Anual foi de R\$ (mil) 11.000,00.

Comentários

Trata-se de questão que exige conhecimentos sobre análise do balanço orçamentário.

- a. **Errada.** O excesso de arrecadação foi de R\$ (mil) 100,00 (diferença entre Receita Realizada e Previsão Atualizada)
- b. **Errada.** A economia orçamentária foi de R\$ (mil) 500,00 (diferença entre Dotação Atualizada e Despesa Empenhada)
- c. **Errada.** Restos a pagar processados = despesas empenhadas, liquidadas e não pagas = R\$ (Mil) 500,00
- d. **Certa.** Receitas realizadas - Despesas empenhadas (realizadas) = superávit de execução de R\$ (Mil) 600,00
- e. **Errada.** A despesas fixada na LOA foi de R\$ (Mil) 10.000,00 (Dotação Inicial)

Gabarito: D

31. (IBFC/Técnico/CGE-RN/2019) Segundo a Lei nº 4.320/64, em relação ao Balanço orçamentário, assinale a alternativa correta:

- a) O balanço orçamentário demonstrará apenas as receitas e despesas previstas



- b) O balanço orçamentário demonstrará as receitas e despesas orçadas para os próximos 4 anos
- c) O balanço orçamentário demonstrará as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos
- d) O balanço orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas

Comentários

Clássica exigência do art. 102 da Lei n. 4.320/64,

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

Gabarito: D

32. (VUNESP/Concurso Promoção/APOFP/SP/2017) O/A _____ demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, e as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa. Complete a lacuna corretamente:

- a) Balanço Financeiro
- b) Demonstração das Variações Patrimoniais
- c) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- d) Balanço Orçamentário
- e) Demonstração do Resultado Econômico

Comentários

Segundo a estrutura da Lei n. 4.320/64 do **balanço orçamentário**, as **receitas orçamentárias** são detalhadas em dois níveis:

1º Nível: categoria econômica (corrente ou capital);

2º Nível: origem.

Há discriminação do que foi previsto, executado e a diferença.

As **despesas orçamentárias** são detalhadas por **tipo de crédito**: orçamentário (inicial) ou adicional (suplementar, especial ou extraordinário). Além disso, são detalhadas por **categoria econômica e grupo de natureza da despesa**.

Assim, como na coluna da receita, há discriminação do que foi previsto, executado e a diferença.

Gabarito: D

33. (VUNESP/Concurso Promoção/APOFP/SP/2017) Como análises possíveis do Resultado Orçamentário realizadas a partir do _____ pode-se obter, por exemplo, indicadores na forma de _____ e _____.

Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

- a) Balanço Financeiro... Liquidez Geral... Índice de Geração de Caixa a Partir das Receitas
- b) Balanço Patrimonial... Resultado Econômico... Retorno sobre o Patrimônio Público
- c) Balanço Orçamentário... Resultado da Receita... Resultado da Despesa



- d) Demonstrativo das Variações Patrimoniais... Retorno sobre o Patrimônio Líquido... Retorno sobre Ativos
e) Balanço orçamentário... Retorno sobre Ativos... Resultado Patrimonial

Comentários

Falou em resultado orçamentário já raciocina com o balanço orçamentário. Assim, ficamos com apenas duas opções “C” ou “E”. Veja que a opção “E” relaciona o balanço orçamentário com o resultado patrimonial. Logo, está errada. Resta-nos, portanto, a opção “C”.

Como análises possíveis do Resultado Orçamentário realizadas a partir do Balanço Orçamentário pode-se obter, por exemplo, indicadores na forma de resultado da receita e resultado da despesa.

Gabarito: C

Considere as seguintes informações para responder à questão. As informações a seguir foram extraídas do sistema de contabilidade de um determinado Estado e são referentes a transações ocorridas no mês de novembro de 2016.

- Arrecadação de receita industrial no valor de R\$ 12.000.000,00, cujo fato gerador ocorreu no mês de outubro de 2016.
- Empenho e liquidação de despesa com pessoal e encargos sociais no valor de R\$ 5.800.000,00, cujo pagamento ocorreu em 19 de dezembro de 2016.
- Reconhecimento de perdas de estoques no valor de R\$ 900.000,00 para ajustá-lo ao valor realizável líquido.
- Pagamento de despesa com aluguéis no valor de R\$ 6.000.000,00, referente ao mês de outubro de 2016.
- Devolução parcial de depósito caução no valor de R\$ 1.000.000,00, em 30 de novembro de 2016.
- Recebimento de material de consumo do fornecedor no valor de R\$ 350.000,00, cujo pagamento ocorreu em 13 de janeiro de 2017.
- Empenho de despesa com serviços de terceiros – pessoa física no valor de R\$ 800.000,00, cuja liquidação ocorreu em 22 de dezembro de 2016 e o pagamento ocorreu em 20 de janeiro de 2017.

34. (VUNESP/Concurso Promoção/APOFP/SP/2017) Com base nessas transações tomadas em conjunto, o impacto no resultado de execução orçamentária, de acordo com a Lei n. 4.320/1964, em novembro de 2016 foi

- a) um aumento de R\$ 5.400.000,00.
b) um aumento de R\$ 4.050.000,00.
c) uma redução de R\$ 1.600.000,00.
d) uma redução de R\$ 6.950.000,00.
e) uma redução de R\$ 12.600.000,00.

Comentários

O resultado na execução orçamentária é obtido por meio do confronto entre as receitas executadas (arrecadadas) e as despesas executadas (empenhadas). Assim, temos:

Receitas Arrecadadas

Arrecadação de receita industrial	12.000.000,00
-----------------------------------	---------------



Despesas Empenhadas

Empenho de despesa com pessoal e encargos sociais	5.800.000,00
Empenho de despesa com serviços de terceiros	<u>800.000,00</u>
	6.600.000,00

RO = 12.000.000,00 – 6.600.000,00 → **5.400.000,00 (superávit)**

Gabarito: A

Considere as informações a seguir para responder à questão.

A repartição competente de um determinado Estado verificou, em 17 de janeiro de 2017, a procedência de crédito fiscal previsto em lei referente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA e a pessoa que lhe era devedora, e inscreveu o débito desta. Em 15 de fevereiro de 2017, o contribuinte pagou o IPVA em uma instituição financeira autorizada pelo ente e, em 22 de fevereiro de 2017, o valor total recebido pela instituição financeira foi transferido à conta específica do Tesouro Estadual.

35. (VUNESP/Concurso Promoção/APOFP/SP/2017) De acordo com a Lei n. 4.320/1964, o resultado de execução orçamentária do Estado foi alterado em

- a) 17 de janeiro de 2017, por meio de uma receita orçamentária classificada na categoria econômica 1 e origem 2.
- b) 17 de janeiro de 2017, por meio de uma receita orçamentária classificada na categoria econômica 2 e origem 2.
- c) 15 de fevereiro de 2017, por meio de uma receita orçamentária classificada na categoria econômica 1 e origem 1.
- d) 15 de fevereiro de 2017, por meio de uma receita orçamentária classificada na categoria econômica 2 e origem 1.
- e) 22 de fevereiro de 2017, por meio de uma receita orçamentária classificada na categoria econômica 1 e origem 2.

Comentários

O resultado da execução orçamentária é alterado positivamente quando ocorre arrecadação de receita e negativamente quando ocorre o empenho da despesa. Vamos inserir o fato aqui e efetuar comentários.

A repartição competente de um determinado Estado verificou, em 17 de janeiro de 2017, a procedência de crédito fiscal previsto em lei referente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA e a pessoa que lhe era devedora, e inscreveu o débito desta [...]

Nesse momento, foi realizado o lançamento da receita. Aqui não há impacto no resultado orçamentário, apenas no resultado patrimonial, pelo reconhecimento de uma VPA.

[...] Em 15 de fevereiro de 2017, o contribuinte pagou o IPVA em uma instituição financeira autorizada pelo ente [...]

Aqui estamos diante do estágio da arrecadação da receita e, portanto, há impacto positivo no resultado orçamentário.

[...] e, em 22 de fevereiro de 2017, o valor total recebido pela instituição financeira foi transferido à conta específica do Tesouro Estadual.



Trata-se do estágio do recolhimento, sem impacto no resultado orçamentário.

Assim, resta-nos as opções “C” e “D”. Como se trata de uma receita tributária (origem 1), estamos diante de uma receita corrente (categoria econômica 1).

Gabarito: C

36. (VUNESP/Contador/TJ-SP/2013) O Balanço Orçamentário evidencia

- a) as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.
- b) as receitas e as despesas operacionais, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o período inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado acumulado do período.
- c) as receitas e as despesas do período, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o período inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado acumulado.
- d) o resultado orçamentário, detalhado em níveis relevantes de análise, confrontando o resultado inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.
- e) as receitas correntes e de capital em conjunto com as despesas orçamentárias e extraorçamentárias, detalhadas em níveis sintéticos de análise, confrontando o período inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

Comentários

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em **níveis relevantes de análise**, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o **resultado orçamentário**.

Gabarito: A

37. (VUNESP/Analista/PRODEST/2014) O Balanço Orçamentário demonstrará

- a) a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária.
- b) os Restos a Pagar do exercício, que serão computados na receita extraorçamentária.
- c) as receitas e despesas previstas, apenas.
- d) as despesas e receitas orçadas, com previsão para o próximo triênio.
- e) as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

Comentários

Segundo o art. 102 da Lei n. 4.320/64,

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

Gabarito: E



38. (VUNESP/Analista/AMLURB/2016) Segundo o MCASP, a Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) tem como objetivo fornecer aos seus usuários informações sobre os resultados alcançados e outros dados de natureza orçamentária, econômica, patrimonial e financeira das entidades do setor público, em apoio ao processo de tomada de decisão, à adequada prestação de contas, à transparência da gestão fiscal e à instrumentalização do controle social. Nesse sentido, o Balanço Orçamentário é composto, de maneira geral, pelo quadro principal, onde constarão as receitas e despesas orçamentárias, bem como:

- a) quadro demonstrativo das origens e aplicações dos recursos da entidade.
- b) quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados.
- c) fluxo com os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários.
- d) quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes.
- e) quadro do Superávit / Déficit Financeiro.

Comentários

Segundo a estrutura do MCASP, o Balanço Orçamentário é composto por:

- a. Quadro Principal;
- b. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e
- c. **Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.**

Gabarito: B

39. (VUNESP/Contador/CM Cotia/2017) Observe o Balanço Orçamentário a seguir para responder à questão.

Balanço Orçamentário em 31.12.2016 (em R\$)			
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
Receitas Correntes			
Tributária	1.500,00	1.365,00	(135,00)
Patrimonial	1.038,00	525,00	(513,00)
Serviços	463,00	480,00	17,00
Transferências Correntes	4.688,00	3.700,00	(988,00)
Receitas de Capital	–	–	
Alienação de Bens	2.225,00	380,00	(1.845,00)
Operações de Crédito	–	1.675,00	1.675,00
Transferências de Capital	2.650,00	4.525,00	1.875,00
SOMA	12.564,00	12.650,00	86,00
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
Créditos Iniciais	11.938,00	11.733,00	(205,00)
Créditos Adicionais	626,00	588,00	(38,00)
SOMA	12.564,00	12.321,00	(243,00)

O resultado da execução orçamentária, em 31 de dezembro de 2016, foi um

- a) déficit de R\$ 97,00.
- b) superávit de R\$ 35,00.
- c) superávit de R\$ 329,00.
- d) déficit de R\$ 162,00.



e) déficit de R\$ 243,00.

Comentários

Para chegarmos ao valor do resultado orçamentário temos que confrontar as receitas executadas (arrecadadas) com as despesas executadas (empenhadas). Se as receitas executadas forem maiores que as despesas executadas teremos um superávit orçamentário. Do contrário, um déficit orçamentário. Assim, temos:

Resultado Orçamentário = Receitas Executadas – Despesas Executadas

Resultado Orçamentário = 12.650,00 – 12.321,00

Resultado Orçamentário = 329,00 (superávit)

Gabarito: C

40. (CESPE/Analista/MPC-PA/2019) No primeiro exercício financeiro de uma entidade governamental, foram registrados os seguintes eventos contábeis.

I Aprovação da LOA com receitas e despesas previstas e fixadas no valor de R\$ 250.000 (80% na categoria econômica corrente e 20% na categoria econômica de capital).

II Lançamento de impostos no valor de R\$ 200.000, tendo sido arrecadados 70% desse valor.

III Empenho, liquidação e pagamento de despesas com pessoal no valor de R\$ 80.000.

IV Recebimento em doação de bem imóvel no valor de R\$ 100.000, para uso nas atividades administrativas.

V Empenho e liquidação de despesas com água, luz e telefone no valor de R\$ 60.000, dos quais 50% foram pagos no exercício e 50%, inscritos em restos a pagar processados.

VI Recebimento de depósitos restituíveis no valor de R\$ 20.000.

Considerando-se o texto 2A2-I, é correto afirmar que, no balanço orçamentário do referido exercício financeiro, o total das despesas liquidadas, em reais, pela entidade foi igual a

a) 80.000. b) 110.000. c) 140.000. d) 200.000. e) 250.000.

Comentários

Sabe aquele ditado que “tamanho não é documento”? Pois é... essa questão é só tamanho mesmo porque ela é bem simples. Basta somar os valores da liquidação (eventos III e V).

Despesa Liquidada = 80.000 + 60.000 = 140.000

Gabarito: C

41. (CESPE/Auditor/CGE-CE/2019) No ano de transição de governo, o gestor orçamentário emitiu as seguintes informações acerca das finanças do município referentes ao exercício financeiro:

- orçamento aprovado pelo legislativo local: R\$ 5,5 milhões;
- despesas realizadas no exercício: R\$ 5,2 milhões;
- despesas efetivamente pagas: R\$ 4,7 milhões.

Foi informado ainda que as receitas arrecadadas superaram em R\$ 100 mil a previsão aprovada.

A partir desses dados, é correto que o novo gestor considere que houve

- a) falha na previsão orçamentária aprovada.
- b) superávit orçamentário de R\$ 400 mil.
- c) excesso de arrecadação de R\$ 400 mil.



- d) economia de recursos públicos de R\$ 800 mil.
- e) superávit financeiro de R\$ 100 mil.

Comentários

- a. **Errado.** Se o orçamento foi aprovado pelo Legislativo, apenas com as informações acima fornecidas não como afirmar que houve falha na previsão.
- b. **Certo.** Para achar o resultado orçamentário precisamos confrontar o valor arrecadado com o valor empenhado. Como as receitas arrecadadas superaram em 100 mil a previsão aprovada (5,5 milhões), verifica-se que a receita arrecada foi de 5,6 milhões. Assim, temos:
Resultado Orçamentário = 5,6 milhões – 5,2 milhões = 400 mil.
Resultado Orçamentário = 5,2 milhões
- c. **Errado.** O excesso de arrecadação foi de 100 mil, pois as receitas arrecadadas superaram em 100 mil a previsão aprovada.
- d. **Errado.** A economia foi de 300 mil (5,5 milhões – 5,2 milhões).
- e. **Errado.** Superávit financeiro é obtido no balanço patrimonial. Com as informações fornecidas não há como chegar ao valor do superávit financeiro.

Gabarito: B

42. (CESPE/Analista/TRE-PE/2017) A execução orçamentária de uma entidade pública hipotética apresentou as seguintes informações em determinado exercício financeiro já encerrado.

Receita orçamentária	Valor (em R\$)
Prevista	100
Lançada	80
Executada/arrecadada	70
Despesa orçamentária	Valor (em R\$)
Fixada	100
Executada/empenhada	90
Paga	60

Nessa situação hipotética, o resultado do balanço orçamentário apurado ao final do referido exercício apresentou-se

- a) deficitário em R\$ 10.
- b) nulo.
- c) superavitário em R\$ 10.
- d) superavitário em R\$ 20.
- e) deficitário em R\$ 20.

Comentários

Basta confrontar as execuções:

Resultado Orçamentário = receita executada – despesa executada



Resultado Orçamentário = $70 - 90 = -20$

Gabarito: E



LISTA DAS QUESTÕES

1. (FGV/Auditor/TCE-TO/2022) O Balanço Orçamentário é um demonstrativo que traz informações sobre a execução de receitas e despesas ao longo do exercício financeiro. Ao analisar esse demonstrativo, a única informação relativa à receita que NÃO se encontra detalhada para fins de análise é o montante do (a):

- a) previsão atualizada da receita;
- b) receita arrecadada;
- c) receita inicialmente prevista;
- d) receita lançada;
- e) saldo a arrecadar.

2. (FGV/Auditor/CGU/2022) O Balanço Orçamentário faz parte do conjunto de demonstrações contábeis das entidades públicas e tem por objetivo demonstrar as receitas e despesas detalhadas por categorias econômicas, bem como os valores registrados ao longo dos seus estágios de execução orçamentária. Embora o modelo atualizado do Balanço Orçamentário constante no MCASP esteja aperfeiçoado em relação ao definido na Lei nº 4.320/1964, este demonstrativo ainda apresenta lacunas no que tange a informações referentes a:

- a) atualizações relativas à previsão de receitas orçamentárias;
- b) receitas lançadas a partir da ocorrência do fato gerador;
- c) recursos alocados para o refinanciamento da dívida pública;
- d) recursos orçamentários arrecadados em exercícios anteriores;
- e) valores relativos à apuração e à execução de Restos a Pagar

3. (FGV/Analista/MPSC/2022) O Balanço Orçamentário é uma das demonstrações previstas pela Lei nº 4.320/1964 e que atualmente possui uma estrutura de apresentação mais detalhada do que o originalmente exigido pela lei. Esse detalhamento contribui para aperfeiçoar o planejamento orçamentário nos exercícios futuros. Um dos detalhamentos adicionais da estrutura do Balanço Orçamentário refere-se a:

- a) despesas autorizadas por função e subfunção;
- b) previsão atualizada da receita para o exercício;
- c) receitas arrecadadas de acordo com a vinculação;
- d) receitas previstas por categoria econômica;
- e) saldo de despesas não empenhadas por tipo de crédito.

4. (FGV/Perito/PC-AM/2022) Uma entidade do setor público apresentou, em seu balanço orçamentário de 31/12/X0, os seguintes saldos:

- Receita de capital prevista: R\$ 28.000.
- Receita corrente prevista: R\$ 21.000.
- Receita de capital realizada: R\$ 30.000.
- Receita corrente realizada: R\$ 20.000.



- Despesa de capital fixada: R\$ 25.000.
- Despesa corrente fixada: R\$ 15.000.

No período, a entidade apresentou um superávit orçamentário de R\$ 15.000 e um superávit de capital de R\$ 8.000. Assinale a opção que indica a despesa corrente realizada no período.

- a) R\$ 6.000. b) R\$ 8.000. c) R\$ 13.000. d) R\$ 14.000. e) R\$ 22.000.

5. (FGV/Contador/IMBEL/2021) Em relação ao Balanço Orçamentário de uma entidade do setor público, assinale a afirmativa correta.

- a) Compreende o ativo, o passivo e o patrimônio líquido.
- b) Demonstra as receitas e as despesas previstas, em confronto com as realizadas
- c) Demonstra a receita e a despesa orçamentárias e os saldos em espécie provenientes do exercício anterior.
- d) Evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício.
- e) Evidencia os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária e os saldos em espécie provenientes do exercício anterior.

6. (FGV/Técnico Superior/DPE-RJ/2019) O quadro a seguir apresenta dados, expressos em milhares de reais, extraídos do Balanço Orçamentário de uma entidade pública em um dado exercício.

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Arrecadadas		
Receitas Correntes	22.100,00	22.100,00	19.200,00		
Receitas de Capital	2.010,00	2.010,00	1.140,00		
Despesas	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Despesas correntes	18.365,00	18.650,00	16.885,00	16.445,00	15.340,00
Despesas de Capital	2.015,00	3.075,00	1.575,00	1.465,00	1.325,00

A partir da análise dessa demonstração, é correto afirmar que:

- a) o orçamento foi alterado em mais de 10%;
- b) a entidade atualizou despesas sem indicação de fonte de recursos;
- c) as despesas inscritas em restos a pagar ultrapassam 10% das despesas executadas;
- d) a entidade descumpriu a regra constitucional de realização de despesas de capital;
- e) o resultado da execução orçamentária revela redução da execução das despesas planejadas.



7. (FGV/Auditor/Pref. Niterói-RJ/2018) Uma entidade pública apresentava, em 31/12/2017, os seguintes saldos:

Receita corrente prevista:	R\$ 50.000;
Receita corrente arrecadada:	R\$ 45.000;
Receita de capital prevista:	R\$ 20.000;
Receita de capital arrecadada:	R\$ 16.000;
Despesa corrente fixada:	R\$ 30.000;
Despesa corrente empenhada:	R\$ 29.000;
Despesa corrente paga:	R\$ 29.000;
Despesa corrente liquidada:	R\$ 28.000;
Despesa de capital fixada:	R\$ 10.000;
Despesa de capital empenhada:	R\$ 8.000;
Despesa de capital liquidada:	R\$ 7.000;
Despesa de capital paga:	R\$ 6.000.

O resultado orçamentário geral da entidade apresenta um superávit de

- a) R\$ 9.000. b) R\$ 13.000. c) R\$ 24.000. d) R\$ 30.000. e) R\$ 41.000.

8. (FGV/Auditor/MPE-AL/2018) O Balanço Orçamentário é estruturado de modo a evidenciar

- a) os efeitos das alterações nas políticas contábeis.
b) os efeitos da correção de erros.
c) o resultado econômico de ações do setor público.
d) a movimentação em cada componente da demonstração.
e) a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

9. (FGV/Analista/Câmara de Salvador-BA/2018) Ao final do 1º ano de mandato, a fim de avaliar os itens de receita que mais contribuíram para a frustração na arrecadação do exercício, o prefeito solicitou um relatório da Secretaria de Finanças do município, que deve buscar os dados demandados pelo gestor no(a):

- a) balanço financeiro;
b) balanço patrimonial;
c) balanço orçamentário;
d) demonstração dos fluxos de caixa;
e) relatório de gestão fiscal.



10. (FGV/Analista/Câmara de Salvador-BA/2018)

Descrição	Previsto	Arrecadado
Receita de cauções contratuais	-	9,00
Receitas de Taxas de Serviço	76,00	79,00
Receitas de Contribuição para Custeio da Iluminação Pública	98,00	100,00
Receitas de Alienação de Bens Móveis	100,00	19,00
Receitas Patrimoniais de Aluguéis	119,00	161,00
Receitas de Taxas de Fiscalização	141,00	145,00
Receitas de Contribuições Sociais	159,00	158,00
Receitas de transferências de capital voluntárias	174,00	60,00
Receitas de Operações de Crédito Internas	322,00	15,00
Receitas de Impostos sobre Serviços	596,00	545,00
Receitas de Impostos sobre o Patrimônio	1.392,00	1.273,00
Receitas de transferências correntes legais	2.480,00	2.583,00

A partir dos dados do Quadro 1 e considerando que o montante da despesa fixada não foi alterado, e que 90% foi empenhado, o resultado da execução orçamentária, em milhões de reais, foi:

- a) 0,00; b) 46,70; c) 55,70; d) 519,00; e) 565,70.

11. (FGV/Analista/IBGE/2017)

Quadro III

Descrição	Saldo
Desincorporação de Ativo	1.100,00
Intangível	1.950,00
Desincorporação de Passivo	4.250,00
Incorporação de Passivo	7.450,00
Investimentos	9.000,00
Passivo Circulante	12.100,00
Passivo Não Circulante	13.600,00
Incorporação de Ativo	15.400,00
Receitas de Capital realizadas	17.400,00
Despesas de Capital executadas	30.100,00
Ativo Realizável a Longo Prazo	30.900,00
Ativo Circulante	73.400,00
Pagamentos Extraorçamentários	107.000,00
Imobilizado	113.480,00
Patrimônio Líquido	125.600,00
Recebimentos Extraorçamentários	224.800,00
Despesas Correntes executadas	231.150,00
Variações Patrimoniais Diminutivas	252.900,00
Receitas Correntes realizadas	292.200,00
Variações Patrimoniais Aumentativas	293.500,00

A partir das informações apresentadas no Quadro III e considerando os conceitos relativos à elaboração do Balanço Orçamentário, o resultado da execução orçamentária no exercício é:

- a) 40.600,00; b) 48.350,00; c) 117.800,00; d) 166.150,00; e) 206.750,00.



12. (FGV/Analista/ALERJ/2017) Em um dado exercício, o orçamento de uma entidade pública previu receitas de 80 milhões. A arrecadação excedeu em 10% a previsão. Foram abertos créditos adicionais, que aumentaram a despesa fixada em 6 milhões. Quanto à despesa, não houve economia orçamentária do montante fixado. A inscrição em restos a pagar totalizou 9,5 milhões.

A partir das disposições do regime orçamentário, o montante da despesa executada foi de:

- a) 88 milhões; b) 86 milhões; c) 80 milhões; d) 78,5 milhões; e) 76,5 milhões

13. (FGV/Analista/IBGE/2016) As informações a seguir têm origem na execução orçamentária do último exercício de um ente da federação e os valores estão expressos em milhares de reais.

Dotação inicial	26.689.903,00
Dotação atualizada	28.491.775,00
Despesas empenhadas	24.487.589,00
Despesas liquidadas	23.885.743,00
Despesas pagas	21.707.193,00
Saldo da dotação	4.004.186,00

A análise das informações do Quadro sobre a execução da despesa permite afirmar que:

- a) houve economia orçamentária superior a 10%;
b) houve despesas não inscritas em restos a pagar por insuficiência financeira;
c) não houve abertura de créditos adicionais;
d) os ajustes na despesa fixada ultrapassaram 7%;
e) os restos a pagar foram inferiores a 10% da despesa executada.

14. (FGV/Analista/IBGE/2016) O orçamento de um determinado ente apresentou, em um dado exercício, uma receita prevista de R\$ 280 milhões. Foram abertos créditos adicionais que totalizaram 10% da dotação inicial, sendo metade coberto com superávit financeiro e metade com anulação de dotações. Sabe-se ainda que 90% da despesa autorizada foi empenhada, das quais 85% foram liquidadas. Além disso, 10% da despesa foi inscrita em restos a pagar processados.

De acordo com os dados, para inscrição de restos a pagar não processados, o valor da disponibilidade financeira não comprometida deve ser no mínimo de:

- a) 22.491.000,00; b) 23.562.000,00; c) 39.690.000,00; d) 41.580.000,00; e) 64.071.000,00.

15. (FGV/Analista/IBGE/2016) O orçamento de um determinado ente apresentou, em um dado exercício, uma receita prevista de R\$ 280 milhões. Foram abertos créditos adicionais que totalizaram 10% da dotação inicial, sendo metade coberto com superávit financeiro e metade com anulação de dotações. Sabe-se ainda que 90% da despesa autorizada foi empenhada, das quais 85% foram liquidadas. Além disso, 10% da despesa foi inscrita em restos a pagar processados.

A partir das disposições legais sobre estágios da despesa pública, para fins de prestação de contas no balanço orçamentário, a despesa executada no exercício totalizou:

- a) 224.910.000,00; b) 235.620.000,00; c) 252.000.000,00; d) 264.600.000,00; e) 277.200.000,00.

16. (FGV/Analista/TJ-BA/2015) Quadro I: Dados da execução orçamentária de um ente da federação no exercício de 2012



Receitas correntes previstas	193.000,00
Receitas de capital previstas	7.000,00
Despesas correntes fixadas	145.000,00
Despesas de capital fixadas	55.000,00
Receitas correntes arrecadadas	175.800,00
Receitas de capital arrecadadas (Operações de crédito)	15.250,00
Despesas correntes empenhadas	139.100,00
Despesas de capital empenhadas	47.700,00
- Amortização de dívidas:	11.200,00
- Aquisição de veículos:	36.500,00
Recebimento de depósitos em garantia no período	2.100,00
Restituição de depósitos em garantia no período	1.600,00
Pagamento de restos a pagar no período	1.950,00
Quadro II: Saldos em 31/12 do exercício anterior	
Caixa e equivalentes de caixa	5.700,00
Estoque	1.950,00
Móveis e equipamentos	12.600,00
Veículos	21.200,00
Edificações	43.500,00
Restos a pagar	2.300,00
Depósitos a restituir	1.700,00
Dívida fundada interna	17.400,00

Considerando as informações dos quadros I e II, o resultado da execução orçamentária do ente da federação no exercício de 2012 é:

a) 2.800,00; b) 4.250,00; c) 4.750,00; d) 8.950,00; e) 13.200,00.

17. (FGV/Analista/TJ-RO/2015) Os dados a seguir foram extraídos da Lei Orçamentária Anual e da execução orçamentária do Município de Brevidade relativos ao exercício de 2x14:

Receita Orçamentária Prevista	240 milhões
Receita Orçamentária Realizada	104,3% da previsão inicial
Execução da Despesa Orçamentária	97,5% da dotação inicial

A partir dessas informações, é correto afirmar que:

- a) a economia orçamentária foi inferior à projetada;
- b) a despesa inscrita em restos a pagar é inferior a 5% da despesa executada;
- c) houve frustração na arrecadação de capital;



- d) houve superávit na execução orçamentária;
- e) não houve abertura de créditos adicionais.

18. (FGV/Analista/TJ-SC/2015) Em determinado exercício, um ente público obteve R\$ 16 milhões em receitas de origem tributária e empenhou despesas de R\$ 15,2 milhões. Das despesas executadas, os valores dos serviços prestados e materiais recebidos efetivamente representam R\$ 14 milhões, dos quais 10% ficaram pendentes de pagamento. No início do exercício o ente público apresentava saldo de caixa igual a zero.

A partir das informações dadas, é correto afirmar que:

- a) houve excesso de arrecadação;
- b) houve economia orçamentária de R\$ 1,2 milhão;
- c) o resultado orçamentário foi superavitário;
- d) o saldo final de caixa no exercício foi de R\$ 2 milhões;
- e) o montante inscrito em restos a pagar foi de R\$ 1,4 milhão.

19. (FCC/Analista/Pref Recife/2019) Atenção: Utilize as informações a seguir para responder à questão.

As seguintes informações, referentes a transações ocorridas no mês de novembro de 2017, foram extraídas do sistema de contabilidade de um determinado ente público municipal:

- Arrecadação de Receitas de Impostos no valor de R\$ 35.000.000,00. Tal receita foi lançada no mês de outubro de 2017.
- Lançamento e arrecadação de Receitas de Serviços no valor de R\$ 5.000.000,00.
- Lançamento de Receitas com Aluguéis e Arrendamentos no valor de R\$ 2.500.000,00. Tal receita foi arrecadada em dezembro de 2017.
- Obtenção de Operação de Crédito no valor de R\$ 1.000.000,00 com vencimento em setembro de 2018. Tal operação de crédito constava na Lei Orçamentária Anual referente ao exercício financeiro de 2017.
- Pagamento de R\$ 50.000,00 a fornecedores referentes a despesas com a aquisição de utensílios de laboratório. Em outubro de 2017, tais utensílios foram entregues pelo fornecedor e a despesa foi liquidada pelo valor total da nota de empenho emitida em setembro de 2017.
- Pagamento, no valor de R\$ 900.000,00, de restos a pagar processados inscritos em 31/12/2016 referentes a despesas com a aquisição de um bem imóvel.
- Amortização de R\$ 80.000,00 referentes ao principal de uma Operação de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária.
- Liquidação de despesa, no valor de R\$ 15.000,00, referente à aquisição de material de construção para reparos em imóveis. A nota de empenho foi emitida em setembro de 2017 e a despesa foi paga em março de 2018 pelo valor total do empenho.
- Empenho, liquidação e pagamento de despesa com Pessoal e Encargos Sociais no valor de R\$ 20.000.000,00.
- Empenho de despesa, no valor de R\$ 5.000,00, referente a Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, contratados para a adaptação de um bem imóvel do edifício-sede do referido ente. A despesa foi liquidada em dezembro de 2017 e paga em janeiro de 2018 pelo valor total do empenho.



– Empenho de despesa, no valor de R\$ 150.000,00, referente à aquisição de luvas de malha de aço. A despesa foi liquidada e paga em fevereiro de 2018 pelo valor total do empenho.

– Devolução de depósito caução no valor de R\$ 35.000,00.

O impacto das transações ocorridas no mês de novembro de 2017, tomadas em conjunto, no resultado de execução orçamentária referente ao exercício financeiro de 2017, de acordo com a Lei n. 4.320/1964, foi

a) uma redução de R\$ 12.655.000,00.

b) um aumento de R\$ 20.845.000,00.

c) um aumento de R\$ 19.935.000,00.

d) um aumento de R\$ 20.985.000,00.

e) uma redução de R\$ 13.565.000,00.

20. (FCC/Analista/SEAD-AP/2018) As seguintes informações, referentes a transações ocorridas no mês de novembro de 2017, foram extraídas do sistema de contabilidade de um determinado ente público estadual:

– Arrecadação de receita de Impostos no valor de R\$ 33.000.000,00. Tal receita foi lançada no mês de outubro de 2017.

– Lançamento e arrecadação de Taxas no valor de R\$ 90.000,00.

– Lançamento de Contribuição de Melhoria no valor de R\$ 110.000,00. Tal receita foi arrecadada em dezembro de 2017.

– Arrecadação de Transferências Correntes no valor de R\$ 25.550.000,00, cujo direito de recebimento foi reconhecido em outubro de 2017.

– Empenho, liquidação e pagamento de despesa com Pessoal e Encargos Sociais no valor de R\$ 21.300.000,00.

– Empenho de despesa referente à aquisição de material de expediente no valor de R\$ 32.000,00. A entrega do material pelo fornecedor ocorreu em 05/12/2017, data em que a despesa foi liquidada pelo valor total do empenho. Tal despesa foi paga em 17/01/2018 pelo valor total do empenho e o material foi utilizado para a prestação de serviços em 2018.

– Empenho de despesa referente à aquisição de material odontológico no valor de R\$ 100.000,00. A entrega do material pelo fornecedor e a liquidação da despesa ocorreram em 17/01/2018 pelo valor total do empenho. Tal despesa foi paga em 12/02/2018 pelo valor total do empenho e o material foi utilizado para a prestação de serviços em 2018.

– Empenho e liquidação de despesa referente à aquisição de uma edificação no valor de R\$ 1.200.000,00. Tal despesa foi paga em 12/01/2018 pelo valor total do empenho.

– Empenho de despesa referente à aquisição de um veículo no valor de R\$ 60.000,00. Tal despesa foi liquidada em 18/12/2017 e paga em 10/01/2018 pelo valor total do empenho.

– Pagamento de R\$ 9.000,00 a fornecedores referente a despesas com a aquisição de material de segurança, cujo empenho e liquidação ocorreram em outubro de 2017.

O impacto das transações ocorridas no mês de novembro de 2017, tomadas em conjunto, no resultado de execução orçamentária referente ao exercício financeiro de 2017, de acordo com a Lei no 4.320/1964, foi

a) um aumento de R\$ 36.140.000,00.



- b) uma redução de R\$ 21.109.000,00.
- c) um aumento de R\$ 35.948.000,00.
- d) uma redução de R\$ 22.492.000,00.
- e) um aumento de R\$ 37.331.000,00.

Atenção: Para responder a questão a seguir, considere as seguintes contas contábeis extraídas dos Balanços Orçamentário e Patrimonial levantados em 31/12/16 de determinada entidade do setor público.

Contas Contábeis	Valor R\$
Previsão Inicial da Receita	1.160.000
Ativo Circulante	750.000
Receita Realizada	1.270.000
Passivo Circulante	390.000
Despesa Empenhada	820.000
Ativo não Circulante	470.000
Saldo da Dotação	340.000
Despesa Liquidada	630.000
Passivo não Circulante	280.000
Despesa Empenhada Paga	590.000

21. (FCC/Analista/TRE-SP/2017) No que tange ao Balanço Orçamentário, no exercício de 2016, o valor inscrito em restos a pagar não processado foi, em R\$, de

- a) 230.000.
- b) 190.000.
- c) 40.000.
- d) 340.000.
- e) 530.000.

Atenção: Para responder à questão, considere as seguintes informações (Valores em reais):

A lei orçamentária de determinado Estado da região Norte, para o exercício de 2014, estimou receitas e fixou despesas, nos seguintes valores:

Receitas Previstas

Correntes 300.000,00
Capital 230.000,00

Despesas Fixadas

Correntes 270.000,00
Capital 260.000,00

Durante o exercício de 2014, o Estado realizou as seguintes transações referentes a:

- Empenho de despesas com serviços de manutenção das rodovias estaduais 50.000,00
- Recebimento de ICMS 210.000,00
- Empenho de Despesas com a Construção de Viadutos 147.000,00
- Recebimento da Cota Parte do Fundo de Participação dos Estados – FPE 75.000,00
- Empenho da Despesa com Folha de Pagamento 115.000,00



– Recebimento de Aluguéis de Imóveis de Propriedade do Estado	27.000,00
– Empenho de Despesas com Serviços de Manutenção de Bens Imóveis	35.000,00
– Recebimento de Empréstimos por Antecipação da Receita Orçamentária	10.000,00
– Recebimento de Empréstimos Obtidos de Longo Prazo	95.000,00
– Empenho de Despesas com Aquisição de Veículos Novos	108.000,00
– Uso de Material de Consumo	20.000,00
– Recebimento de Imóvel doado por entidade de direito privado	145.000,00
– Empenho de Despesas com Água, Luz e Telefone	20.000,00
– Depreciação de Bens móveis	40.000,00
– Recebimento de Rendimentos de Aplicações Financeiras	18.000,00
– Empenho de Despesas com Juros e Encargos de Empréstimos Obtidos	20.000,00
– Recebimento de Multas de Juros de Mora	15.000,00
– Recebimento pela Alienação de Bens Imóveis	175.000,00

22. (FCC/Auditor/TCE-AM/2015) O Balanço Orçamentário, levantado em 31.12.2014, apresentou um superávit de, em reais,

a) 100.000,00 b) 245.000,00 c) 130.000,00 d) 60.000,00 e) 120.000,00

23. (FCC/Analista Judiciário/Contabilidade/TRT3/2015) Atenção: Para responder à questão, considere as receitas orçamentárias previstas e as despesas orçamentárias fixadas para o exercício de 2014, bem como as seguintes transações realizadas por determinada entidade pública durante o exercício de 2014 (valores em reais):

– Receita corrente prevista	600,00	Despesa corrente fixada	550,00
– Receita de capital prevista	1.000,00	Despesa de capital fixada	1.050,00
Total das Receitas	1.600,00	Total das Despesas	1.600,00
– Empenho de despesas com pessoal			290,00
– Receita de impostos			340,00
– Empenho de despesas com serviços de manutenção de bens imóveis			110,00
– Abertura de crédito suplementar por anulação de dotação orçamentária			70,00
– Receita da cota parte do ICMS			180,00
– Depreciação de bens móveis e veículos			140,00
– Receita de taxas diversas			80,00
– Receita com alienação de bens imóveis			700,00
– Recebimento em doação de 25 computadores			50,00
– Empenho de despesa com água, luz e telefone			80,00
– Receita de operações de crédito de longo prazo			350,00
– Empenho de despesa com aquisição de veículos			250,00



– Receita de multas e juros sobre impostos pagos após seus vencimentos	90,00
– Ganhos com alienação de bens imóveis	60,00
– Empenho de despesa para amortização de dívidas de longo prazo	400,00
– Pagamento de despesas empenhadas e liquidadas	780,00

Observações:

- Todas as despesas empenhadas foram liquidadas no próprio exercício.
- Todas as receitas foram recebidas no próprio exercício.

O resultado da execução orçamentária apresenta, em reais,

- a) um excesso de arrecadação de 470,00
- b) um superávit orçamentário de 610,00
- c) uma insuficiência de arrecadação de 140,00
- d) um déficit orçamentário de 140,00
- e) uma economia orçamentária de 610,00

24. (FCC/Analista/TRT3/2015) No balancete orçamentário de 31/05/2015, de determinado ente da federação, o saldo das receitas patrimoniais era de R\$ 275.000,00. Durante o mês de junho de 2015, entre outros, foram recebidos os seguintes valores em reais:

– Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana Inscrito na Dívida Ativa	185.000,00
– Receitas arrecadadas provenientes do pagamento de aluguéis pela utilização de próprios do poder público	25.000,00
– Receitas de concessões e permissões – serviços de transporte	80.000,00
– Receita de operações de crédito de longo prazo	45.000,00
– Recebimento de caução de empresa para participar de licitação para fornecimento de computadores	15.000,00
– Receita de cessão do direito de operacionalização de pagamento a fornecedores	30.000,00

No balancete orçamentário de 30/06/2015, o saldo das receitas patrimoniais era, em reais,

- a) 410.000,00 b) 380.000,00 c) 425.000,00 d) 460.000,00 e) 300.000,00

25. (FCC/Auditor/CGM São Luís/2015) Atenção: Para responder à questão considere as informações abaixo relativas à execução orçamentária de uma despesa aprovada no orçamento de determinada entidade do setor público.

Para o exercício de 2014, a dotação orçamentária fixada para as despesas com conservação e manutenção de logradouros públicos era de R\$ 290.000,00. Durante o exercício de 2014, foram realizadas as seguintes transações na referida dotação orçamentária:

Total empenhado para a despesa	390.000,00
Abertura de crédito suplementar por excesso de arrecadação	110.000,00
Liquidação da despesa empenhada	210.000,00
Cancelamento (anulação) do empenho da despesa	60.000,00



Pagamento da despesa empenhada 190.000,00

Ao final do exercício de 2014 a execução orçamentária apresentou uma economia orçamentária no valor de

a) 70.000,00. b) 10.000,00. c) 100.000,00. d) 90.000,00. e) 80.000,00.

26. (FCC/Analista/CNMP/2015) O saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês, entre a receita prevista e a realizada, considerando-se ainda a tendência do exercício, denomina-se

- a) Economia Orçamentária.
- b) Superávit Orçamentário.
- c) Superávit Financeiro.
- d) Excesso de Arrecadação.
- e) Superávit Primário.

27. (FCC/Auditor/TCM-GO/2015) De acordo com as Estrutura do Balanço Orçamentário definida a na Parte V do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, os valores relativos à despesa serão evidenciados nas colunas

- a) Dotação Inicial, Despesa Empenhada, Despesa Liquidada, Despesa em Liquidação, Despesa Paga e Saldo de Restos a Pagar.
- b) Dotação Inicial, Despesa Empenhada, Despesa Liquidada, Despesa em Liquidação, Despesa Paga e Saldo de Dotação.
- c) Dotação Atualizada, Despesa Empenhada, Despesa Liquidada, Despesa em Liquidação, Despesa Paga e Saldo de Dotação.
- d) Dotação Atualizada, Despesa Empenhada, Despesa Liquidada, Despesa Paga e Despesa Cancelada.
- e) Dotação Inicial, Dotação Atualizada, Despesa Empenhada, Despesa Liquidada, Despesa Paga e Saldo de Dotação.

28. (FCC/Analista/SEFAZ-PI/2015) Instrução: Para responder à questão, considere a execução orçamentária, nos termos da Lei Federal nº 4.320/64, e as informações a seguir:

Na lei orçamentária de determinado Estado da região Nordeste do Brasil, para o exercício de 2014, consta a autorização de despesa na dotação orçamentária “serviços de conservação e manutenção de bens imóveis”, no valor de R\$ 450.000,00. No mês de fevereiro de 2014, foi contratada a empresa DB e Serviços Ltda. para realização dos serviços. Ao final do exercício de 2014, a execução orçamentária da referida dotação apresentava a seguinte situação:

– Despesa empenhada	R\$ 390.000,00
– Despesa liquidada (processada)	R\$ 310.000,00
– Despesa paga	R\$ 240.000,00
– Anulação parcial da referida dotação	R\$ 40.000,00

O saldo da dotação de serviços de conservação e manutenção de bens imóveis, ou seja, o valor da economia orçamentária foi, ao final do exercício de 2014, em reais,

a) 60.000,00 b) 140.000,00 c) 210.000,00 d) 80.000,00 e) 20.000,00



29. (FCC/Auditor/TCE-SP/2013) Considere as informações, a seguir, referentes ao exercício financeiro de X1 de uma entidade pública governamental:

	Em R\$ (1.000)
Previsão Inicial das Receitas	2.000.000
Previsão Atualizada das Receitas	2.040.000
Receitas Realizadas	2.050.000
Despesas Fixadas	2.000.000
Despesas Empenhadas	1.980.000
Despesas Liquidadas	1.900.000
Despesas Pagas	1.820.000

Com base nestas informações, é correto afirmar que, em X1 e em milhares de reais,

- a) o excesso de arrecadação foi 230.000.
- b) o valor inscrito em restos a pagar não processados foi 160.000.
- c) o resultado de execução orçamentária foi superavitário em 150.000.
- d) o valor inscrito em restos a pagar processados foi 80.000.
- e) a variação no caixa em decorrência da execução do orçamento foi 60.000.

30. (FCC/Auditor Substituto/TCE-RO/2010) Os dados a seguir foram extraídos do Balanço Orçamentário de uma prefeitura municipal elaborado conforme a Portaria STN no 749/09:

	Em R\$ (mil)
Previsão Inicial.....	10.000,00
Previsão Atualizada	11.000,00
Receitas Realizadas	11.100,00
Dotação Inicial	10.000,00
Dotação Atualizada.....	11.000,00
Despesas Empenhadas.....	10.500,00
Despesas Liquidadas.....	10.300,00
Despesas Pagas.....	9.800,00

Com base nessas informações, é correto afirmar que

- a) o excesso de arrecadação foi de R\$ (mil) 1.100,00.
- b) a economia orçamentária foi de R\$ (mil) 600,00.
- c) a inscrição de restos a pagar processados foi de R\$ (mil) 700,00.
- d) o superávit de execução foi de R\$ (mil) 600,00.
- e) a despesa fixada na Lei Orçamentária Anual foi de R\$ (mil) 11.000,00.



31. (IBFC/Técnico/CGE-RN/2019) Segundo a Lei nº 4.320/64, em relação ao Balanço orçamentário, assinale a alternativa correta:

- a) O balanço orçamentário demonstrará apenas as receitas e despesas previstas
- b) O balanço orçamentário demonstrará as receitas e despesas orçadas para os próximos 4 anos
- c) O balanço orçamentário demonstrará as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos
- d) O balanço orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas

32. (VUNESP/Concurso/APOFP/SP/2017) O/A _____ demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, e as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa. Complete a lacuna corretamente:

- a) Balanço Financeiro
- b) Demonstração das Variações Patrimoniais
- c) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- d) Balanço Orçamentário
- e) Demonstração do Resultado Econômico

33. (VUNESP/Concurso Promoção/APOFP/SP/2017) Como análises possíveis do Resultado Orçamentário realizadas a partir do _____ pode-se obter, por exemplo, indicadores na forma de _____ e _____.

Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

- a) Balanço Financeiro... Liquidez Geral... Índice de Geração de Caixa a Partir das Receitas
- b) Balanço Patrimonial... Resultado Econômico... Retorno sobre o Patrimônio Público
- c) Balanço Orçamentário... Resultado da Receita... Resultado da Despesa
- d) Demonstrativo das Variações Patrimoniais... Retorno sobre o Patrimônio Líquido... Retorno sobre Ativos
- e) Balanço orçamentário... Retorno sobre Ativos... Resultado Patrimonial

Considere as seguintes informações para responder à questão. As informações a seguir foram extraídas do sistema de contabilidade de um determinado Estado e são referentes a transações ocorridas no mês de novembro de 2016.

- Arrecadação de receita industrial no valor de R\$ 12.000.000,00, cujo fato gerador ocorreu no mês de outubro de 2016.
- Empenho e liquidação de despesa com pessoal e encargos sociais no valor de R\$ 5.800.000,00, cujo pagamento ocorreu em 19 de dezembro de 2016.
- Reconhecimento de perdas de estoques no valor de R\$ 900.000,00 para ajustá-lo ao valor realizável líquido.
- Pagamento de despesa com aluguéis no valor de R\$ 6.000.000,00, referente ao mês de outubro de 2016.
- Devolução parcial de depósito caução no valor de R\$ 1.000.000,00, em 30 de novembro de 2016.
- Recebimento de material de consumo do fornecedor no valor de R\$ 350.000,00, cujo pagamento ocorreu em 13 de janeiro de 2017.



• Empenho de despesa com serviços de terceiros – pessoa física no valor de R\$ 800.000,00, cuja liquidação ocorreu em 22 de dezembro de 2016 e o pagamento ocorreu em 20 de janeiro de 2017.

34. (VUNESP/Concurso Promoção/APOFP/SP/2017) Com base nessas transações tomadas em conjunto, o impacto no resultado de execução orçamentária, de acordo com a Lei n. 4.320/1964, em novembro de 2016 foi

- a) um aumento de R\$ 5.400.000,00.
- b) um aumento de R\$ 4.050.000,00.
- c) uma redução de R\$ 1.600.000,00.
- d) uma redução de R\$ 6.950.000,00.
- e) uma redução de R\$ 12.600.000,00.

Considere as informações a seguir para responder à questão.

A repartição competente de um determinado Estado verificou, em 17 de janeiro de 2017, a procedência de crédito fiscal previsto em lei referente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA e a pessoa que lhe era devedora, e inscreveu o débito desta. Em 15 de fevereiro de 2017, o contribuinte pagou o IPVA em uma instituição financeira autorizada pelo ente e, em 22 de fevereiro de 2017, o valor total recebido pela instituição financeira foi transferido à conta específica do Tesouro Estadual.

35. (VUNESP/Concurso Promoção/APOFP/SP/2017) De acordo com a Lei n. 4.320/1964, o resultado de execução orçamentária do Estado foi alterado em

- a) 17 de janeiro de 2017, por meio de uma receita orçamentária classificada na categoria econômica 1 e origem 2.
- b) 17 de janeiro de 2017, por meio de uma receita orçamentária classificada na categoria econômica 2 e origem 2.
- c) 15 de fevereiro de 2017, por meio de uma receita orçamentária classificada na categoria econômica 1 e origem 1.
- d) 15 de fevereiro de 2017, por meio de uma receita orçamentária classificada na categoria econômica 2 e origem 1.
- e) 22 de fevereiro de 2017, por meio de uma receita orçamentária classificada na categoria econômica 1 e origem 2.

36. (VUNESP/Contador Judiciário/TJ-SP/2013) O Balanço Orçamentário evidencia

- a) as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.
- b) as receitas e as despesas operacionais, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o período inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado acumulado do período.
- c) as receitas e as despesas do período, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o período inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado acumulado.
- d) o resultado orçamentário, detalhado em níveis relevantes de análise, confrontando o resultado inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.



e) as receitas correntes e de capital em conjunto com as despesas orçamentárias e extraorçamentárias, detalhadas em níveis sintéticos de análise, confrontando o período inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

37. (VUNESP/Analista/PRODEST/2014) O Balanço Orçamentário demonstrará

- a) a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária.
- b) os Restos a Pagar do exercício, que serão computados na receita extraorçamentária.
- c) as receitas e despesas previstas, apenas.
- d) as despesas e receitas orçadas, com previsão para o próximo triênio.
- e) as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

38. (VUNESP/Analista/AMLURB/2016) Segundo o MCASP, a Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) tem como objetivo fornecer aos seus usuários informações sobre os resultados alcançados e outros dados de natureza orçamentária, econômica, patrimonial e financeira das entidades do setor público, em apoio ao processo de tomada de decisão, à adequada prestação de contas, à transparência da gestão fiscal e à instrumentalização do controle social. Nesse sentido, o Balanço Orçamentário é composto, de maneira geral, pelo quadro principal, onde constarão as receitas e despesas orçamentárias, bem como:

- a) quadro demonstrativo das origens e aplicações dos recursos da entidade.
- b) quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados.
- c) fluxo com os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários.
- d) quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes.
- e) quadro do Superávit / Déficit Financeiro.

39. (VUNESP/Contador/CM Cotia/2017) Observe o Balanço Orçamentário a seguir para responder à questão.

Balanço Orçamentário em 31.12.2016 (em R\$)			
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
Receitas Correntes			
Tributária	1.500,00	1.365,00	(135,00)
Patrimonial	1.038,00	525,00	(513,00)
Serviços	463,00	480,00	17,00
Transferências Correntes	4.688,00	3.700,00	(988,00)
Receitas de Capital	–	–	
Alienação de Bens	2.225,00	380,00	(1.845,00)
Operações de Crédito	–	1.675,00	1.675,00
Transferências de Capital	2.650,00	4.525,00	1.875,00
SOMA	12.564,00	12.650,00	86,00
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
Créditos Iniciais	11.938,00	11.733,00	(205,00)
Créditos Adicionais	626,00	588,00	(38,00)
SOMA	12.564,00	12.321,00	(243,00)

O resultado da execução orçamentária, em 31 de dezembro de 2016, foi um



- a) déficit de R\$ 97,00. b) superávit de R\$ 35,00.
c) superávit de R\$ 329,00. d) déficit de R\$ 162,00. e) déficit de R\$ 243,00.

40. (CESPE/Analista/MPC-PA/2019) No primeiro exercício financeiro de uma entidade governamental, foram registrados os seguintes eventos contábeis.

I Aprovação da LOA com receitas e despesas previstas e fixadas no valor de R\$ 250.000 (80% na categoria econômica corrente e 20% na categoria econômica de capital).

II Lançamento de impostos no valor de R\$ 200.000, tendo sido arrecadados 70% desse valor.

III Empenho, liquidação e pagamento de despesas com pessoal no valor de R\$ 80.000.

IV Recebimento em doação de bem imóvel no valor de R\$ 100.000, para uso nas atividades administrativas.

V Empenho e liquidação de despesas com água, luz e telefone no valor de R\$ 60.000, dos quais 50% foram pagos no exercício e 50%, inscritos em restos a pagar processados.

VI Recebimento de depósitos restituíveis no valor de R\$ 20.000.

Considerando-se o texto 2A2-I, é correto afirmar que, no balanço orçamentário do referido exercício financeiro, o total das despesas liquidadas, em reais, pela entidade foi igual a

- a) 80.000. b) 110.000. c) 140.000. d) 200.000. e) 250.000.

41. (CESPE/Auditor/CGE-CE/2019) No ano de transição de governo, o gestor orçamentário emitiu as seguintes informações acerca das finanças do município referentes ao exercício financeiro:

- orçamento aprovado pelo legislativo local: R\$ 5,5 milhões;
- despesas realizadas no exercício: R\$ 5,2 milhões;
- despesas efetivamente pagas: R\$ 4,7 milhões.

Foi informado ainda que as receitas arrecadadas superaram em R\$ 100 mil a previsão aprovada.

A partir desses dados, é correto que o novo gestor considere que houve

- a) falha na previsão orçamentária aprovada.
b) superávit orçamentário de R\$ 400 mil.
c) excesso de arrecadação de R\$ 400 mil.
d) economia de recursos públicos de R\$ 800 mil.
e) superávit financeiro de R\$ 100 mil.

42. (CESPE/Analista/TRE-PE/2017) A execução orçamentária de uma entidade pública hipotética apresentou as seguintes informações em determinado exercício financeiro já encerrado.

<u>Receita orçamentária</u>	<u>Valor (em R\$)</u>
Prevista	100
Lançada	80
Executada/arrecadada	70
<u>Despesa orçamentária</u>	<u>Valor (em R\$)</u>
Fixada	100
Executada/empenhada	90
Paga	60



Nessa situação hipotética, o resultado do balanço orçamentário apurado ao final do referido exercício apresentou-se

- a) deficitário em R\$ 10. b) nulo. c) superavitário em R\$ 10.
d) superavitário em R\$ 20. e) deficitário em R\$ 20.



GABARITO



GABARITO

1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.
D	B	B	C	B	E	C	E	C	B
11.	12.	13.	14.	15.	16.	17.	18.	19.	20.
B	B	A	C	D	B	D	C	B	C
21.	22.	23.	24.	25.	26.	27.	28.	29.	30.
B	E	B	A	A	D	E	E	D	D
31.	32.	33.	34.	35.	36.	37.	38.	39.	40.
D	D	C	A	C	A	E	B	C	C
41.	42.								
B	E								



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.